

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
GERÊNCIA DE TREINAMENTO E PESQUISA

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

1972

MEC/MOBRAL

GERÊNCIA DE TREINAMENTO E PESQUISA

MOBRAL BIBLIOTECA

140

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

1 9 7 2

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

1. FUNDAMENTOS DO PROBLEMA ECONÔMICO
 - 1.1 - FATOS ECONÔMICOS E TEORIA ECONÔMICA
 - 1.2 - INTRODUÇÃO AO PROBLEMA ECONÔMICO
2. O SISTEMA ECONÔMICO
 - 2.1 - OS FATORES DA PRODUÇÃO
 - 2.2 - A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
 - 2.3 - O DESTINO DOS FLUXOS
3. O PRODUTO NACIONAL
 - 3.1 - INTRODUÇÃO
 - 3.2 - CONCEITO E CÁLCULO
4. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 - 4.1 - CONCEITO
 - 4.2 - MODELOS ECONÔMICOS
 - 4.3 - PROBLEMAS DO CRESCIMENTO
5. O PROBLEMA DEMOGRÁFICO
6. O PROGRAMA EDUCACIONAL
7. A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA
8. A ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

1 - Fundamentos do problema econômico

1.1 - Fatos econômicos e Teoria econômica

Na esfera das Ciências Sociais encontram-se a Economia, a Política (a ciência do governo) e a Sociologia. Por esta razão, a Sociologia, isoladamente, não pode ser considerada a "ciência da sociedade" - por ser este campo objeto de estudo de todas as ciências Sociais. Basicamente, a tarefa dos sociólogos consiste em analisar os diferentes aspetos da sociedade que não se enquadram nas categorias políticas ou econômicas. Esses limites, contudo, não são facilmente delineáveis; o estudioso de Economia, também, deve saber olhar através deles, necessitando por essa razão conhecer um pouco das outras ciências sociais. Sob certos aspetos, a Política é a mais importante delas e justificamos isso lembrando que, no passado, a Ciência Econômica recebia o nome de Economia Política.

Preliminarmente, podemos afirmar que a Economia estuda o comportamento dos seres humanos nos negócios. É uma ciência que trata dos negócios. Mas, ao dizermos isso, precisamos estar certos que a palavra "negócios" está sendo entendida num sentido bastante amplo. Quando uma pessoa vai à uma loja e adquire artigos de uso pessoal, a transação resultante é, sem dúvida, uma transação comercial e se enquadra em nossa definição do objeto do estudo da Economia. Mas tal fato deve ser encarado de uma maneira global: deve examinar-se tanto o lado do lojista quanto o da dona de casa. Em outras palavras, a transação referida é uma questão econômica, tanto do lado da venda, quanto do lado da compra.

A tributação dos lucros é, novamente, uma questão de negócios e a Economia deve abordá-la em conjunto, estudando

do o lado da firma e o das pessoas que pagam os impostos; o do governo que recebe a renda proveniente dos mesmos; e o das pessoas que recebem do governo uma parcela daquela renda.

Nas questões salariais, deve ser estudado o lado e o ponto de vista dos trabalhadores e o dos empresários. Por essas razões, a Economia mantém uma relação fundamental com as pessoas, porque as atividades econômicas ocupam uma parte significativa da vida de todas elas.

A Ciência Econômica procura estudar todas essas atividades cientificamente e, de fato, ela tem apresentado mais progressos na aplicação de métodos científicos à análise da conduta humana do que as outras Ciências Sociais. Por esta razão, o estudo da Economia, descortjna uma ampla perspectiva para a compreensão global da sociedade humana, ou seja, do comportamento dos homens entre si.

Quanto aos métodos de investigação utilizados, podemos afirmar que são os mesmos das outras ciências. Ela estuda fatos e procura ordená-los, de modo a permitir que se tirem conclusões a respeito.

Os fatos econômicos podem ser conhecidos através do uso de entrevistas, questionários, pesquisas, censos econômicos, balanços das empresas, etc.

Os governos, de um modo geral, coletam material sobre diversos assuntos. Do ponto de vista econômico, o mais importante consiste nas séries temporais que for necem o mesmo tipo de informações para diferentes perío

dos. Entre as séries de maior significação encontram-se o Censo demográfico, as de importações e exportações, as de receita e despesa do Governo e as da produção nacional.

Há três etapas no processo de obtenção de conhecimento econômico que são tão distintas entre si que muitas vezes são considerados compartimentos estanques da ciência. Mas é preciso compreender em que sentido elas são departamentos separados, uma vez que o mesmo problema é, as vezes estudado e passado de uma para outra parte.

A primeira parte é a Teoria Econômica, cuja função básica é analisar os fatos econômicos.

No segundo estágio, abordamos os fatos, através o uso da Estatística Econômica.

No último estágio, comprovamos a teoria pela ordenação dos fatos, segundo critérios mais ou menos complexos de intervenção na vida econômica e temos então o que se convencionou chamar de Economia Aplicada.

1.2 - Introdução ao problema econômico

A história econômica se resume na luta que as sociedades humanas sempre empreenderam para superar o problema da escassez dos recursos produtivos em face dos crescentes desejos da coletividade. Por esta razão, a Economia é conhecida também, como a "ciência da escassez".

Em todas as sociedades, os recursos humanos e patrimoniais são sempre escassos para atender às crescentes

exigências de consumo e bem-estar. Em contrapartida, enquanto a escassez dos recursos produtivos constitui uma limitação à produção de bens e serviços, não há limites para as necessidades e desejos humanos.

Ocorrendo, de um lado, a escassez de recursos produtivos e de outro lado os ilimitados desejos e necessidades humanas, as sociedades têm que optar sobre o melhor uso para os recursos produtivos e, até mesmo, decidir sobre a organização da atividade econômica.

Para explorar a natureza e retirar dela todos os bens de que necessitam, todas as sociedades sempre se defrontaram com a limitação de seus recursos produtivos, tanto humanos quanto patrimoniais. O suprimento desses reursos sempre foi limitado. A tecnologia, a capacidade científica mobilizável para fins produtivos e mesmo as massas populacionais ativas sempre revelaram essa limitação. A experiência histórica tem mostrado, inclusive, que à medida que os recursos produtivos se expandem e aperfeiçoam, os desejos e necessidades humanas crescem mais que proporcionalmente.

A razão desse aparente paradoxo se encontra na criação de novos desejos e necessidades, motivados pela perspectiva que se abre a todos os povos de sempre aumentarem o padrão de vida e o bem-estar social.

Na verdade se os povos primitivos se satisfaziam com choupanas e habitações precárias, as sociedades modernas desejam melhores condições de conforto e habitalidade, que não se resumem, apenas numa habitação satisfatória, mas na existência de todos os equipamentos urba

nos que hoje se tornaram indispensáveis.

Verificamos então que toda essa quantidade de nossos bens não conseguiu suprimir necessidades e, contrariamente criaram novos desejos.

Por essas razões, mesmo nas economias altamente desenvolvidas, a saturação dos desejos humanos está muito longe de ser alcançada.

Logicamente, sendo limitados os recursos, as economias devem procurar utilizá-los plenamente, não se justificando o desemprego ou subemprego de qualquer parcela da população mobilizável para fins produtivos ou ainda a existência de ociosidade na utilização de recursos patrimoniais. De outro lado, como os recursos produtivos devem ser combinados adequadamente no processamento da produção, as sociedades enfrentam mais esse problema, somando-se assim ao problema da plena utilização dos recursos, os de sua correta combinação e os decorrentes das diversas opções que envolvam o seu emprego.

Na escala nacional, um exemplo bastante claro do problema das opções, poderíamos encontrá-lo na Rússia Soviética. Os sistemas econômicos coletivistas, globalmente planejados, defrontam-se com esse problema ao fixarem as metas das suas atividades econômicas. Em 1917, lutando como todas as sociedades com escassos recursos produtivos, a Rússia teve que realizar sérias opções: os recursos disponíveis deveriam ser aplicados na indústria de base, na agropecuária ou nas indústrias produtoras de bens de consumo? A opção foi no sentido das indústrias de base e durante largo período a Rússia canalizou a maior parte dos seus recursos produtivos para

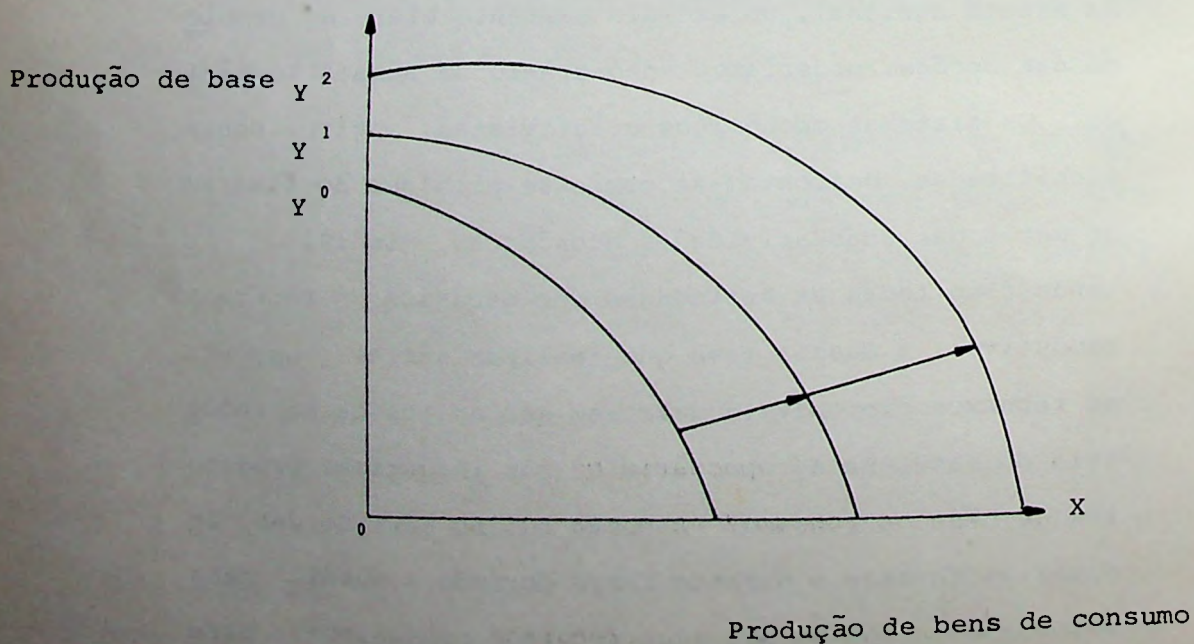
esse setor e mais os da saúde e educação.

Na atualidade, decorridos 50 anos, a Rússia sente os reflexos dessas opções. Ela conta hoje com uma sólida indústria de base, de seis em seis anos duplica os seus homens de ciência, mas não há conforto nas suas moradias, onde não raro duas famílias usam a mesma cozinha e o mesmo banheiro, e as indústrias textis, de calçados e de outros bens de consumo são pouco desenvolvidas.

1.3 - A curva de possibilidades de produção.

Os problemas de plena utilização de recursos e o das opções podem ser melhor entendidos com o auxílio de um simples instrumento gráfico: a curva de possibilidades de produção.

Analizamos o caso da Rússia Soviética. Já sabemos que ela optou pelas indústrias de base e pela construção da infra-estrutura econômica, em sacrifício das indústrias de bens de consumo imediato.



Analiseemos a primeira curva (x_0, y_0) . Esta curva representa uma fronteira de produção; nela estão situados todos os pontos possíveis de combinação de produção de base e de bens de consumo, com os recursos que eram disponíveis na Rússia, na época. Evidentemente, que pontos internos da curva, embora possíveis, representariam a existência de setores ociosos na economia e pontos externos são impossíveis, porque representam combinação de processos produtivos irrealizáveis, dada a escassez de recursos já mencionados.

Mais recentemente, com o aumento dos recursos produtivos e visando atender às necessidades da população, os mesmos foram sendo progressivamente alocados em proporção maior para as atividades de produção de bens de consumo, o que vem provocando o deslocamento das fronteiras de produção no sentido indicado (curvas $x_1 - y_1$ e $x_2 - y_2$).

Essas transferências de recursos de um setor para outro esbarram contudo numa dificuldade: certos recursos humanos e patrimoniais, que apresentam elevada produtividade num certo tipo de produção, podem não se adaptar facilmente a outro tipo.

Transferir recursos da produção agrícola para a pecuária, por exemplo, conduzirá, é certo, a uma determinada expansão da produção pecuária. Essa expansão será todavia cada vez menor, se a sociedade continuar insistindo na transferência de recursos de um setor para outro. Da mesma forma, a transferência de recursos da pecuária para a indústria implicará certamente em custos sociais crescentes, devido, obviamente, a um grau

ainda maior de inflexibilidade. Donde se conclui que o fenômeno da elevação dos custos sociais pode ser atribuído à relativa inflexibilidade dos recursos produtivos, que não se revelam completamente adaptáveis a diversos usos alternativos.

2.0 - O Sistema Econômico

2.1 - Os fatores da produção

As sociedades modernas possuem uma base econômica diversificada que produz uma série de bens, cuja destinação é o consumo de seus membros. Todos esses elementos que participam da vida econômica de uma nação, suas conexões e dependências, consititem um todo denominado Sistema Econômico.

A análise de um sistema deve ser realizada, a partir dos seus elementos constituintes.

O primeiro elemento a ser analisado, logicamente, é a população dessa nação, que é constituída das pessoas que animam e conduzem o sistema. Não nos esqueçamos que essas pessoas são as que organizam e executam a produção.

Sob um aspecto estritamente quantitativo, essa população pode ser dividida em duas partes: a "produtiva" e a "dependente". A população produtiva seria aquela compreendida nos limites de idade de 14 a 60 anos, limites usuais de idade dos que trabalham.

A partir dessa população produtiva, que constitue o potencial de mão-de-obra do sistema, pode-se extrapolar dois outros conceitos: o de população economicamente ativa e população ocupada.

Economicamente ativa é aquela parcela da população voltada para o mercado de trabalho, excluindo-se certos elementos como os aposentados, os estudantes, etc., que são considerados como inativos, economicamente. Os elementos economicamente ativos podem, contudo, estar ocupados (empregados ou sub-empregados) ou desocupados, isto

é, desempregados.

A população ocupada, pois compreende os empregados e os sub-empregados, isto é, os que exercem atividade remunerada, sub-remuneradas, ou sem remuneração, excluindo-se, apenas, os desempregados. Compreende, pois, o contingente absorvido pelo sistema.

A "taxa de ocupação" seria o quociente entre o número de pessoas ocupadas e o total da população.

A quantidade de pessoas ocupadas numa nação é função de uma série de fatores econômicos, sociais e demográficos. Partindo-se da população total e subtraindo-se os velhos e crianças, chega-se à população hábil para o trabalho; retirando-se desta os aptos para o trabalho, mas que não estejam voltados para esse gênero de atividade, chega-se à população economicamente ativa; finalmente, descontando-se os desempregados, determina-se a população ocupada. Seguindo-se a seqüência descrita encontra-se uma taxa de ocupação de 32% para o Brasil. Na França e na Inglaterra, países com população mais madura, essa taxa está próxima de 42%.

Essa população economicamente ativa que, em última análise, é a oferta de trabalho com que conta o sistema, possui diferentes graus de qualificação profissional; por interesse de análise, classificaremos toda a massa de trabalhadores em duas categorias: qualificados e não qualificados.

Para a produção de bens, os homens lançam mão dos recursos naturais que lhes são ofertados pela natureza. Esses recursos naturais compreendem toda sorte de matérias primas e recursos energéticos. Mais genericamente podemos denominar de recursos naturais todos os elementos da natureza que são incorporados às atividades eco

nômicas; constituem um variado conjunto de elementos, onde se destacam as jazidas minerais, os recursos hidrológicos, as florestas, os solos agricultáveis, etc.

O estoque desses recursos naturais não é constante, depende do progresso tecnológico que, em última análise, é o que determina as possibilidades de aproveitamento das fontes de energia e das matérias-primas.

O trabalho, por sua vez, é desenvolvido dentro de um contexto que compreende fãbricas, estradas, equipamentos de toda ordem, resultantes do trabalho humano realizado em épocas anteriores. Tais elementos constituem o chamado estoque de capital de que é dotado um sistema.

O trabalho mobilizável para as tarefas produtivas, os recursos naturais acessíveis numa certa fase de desenvolvimento e o capital disponível, constituem a constelação de fatores com que pode contar um sistema. É o seu potencial produtivo.

2.1 - A organização da produção

Um sistema econômico moderno compreende um complexo tecido de relações diretas e indiretas, pelas quais os homens chegam a dispor de variadíssima gama de bens, capazes de satisfazer suas múltiplas necessidades e desejos naturais. Com esse fim, os homens dividem socialmente o seu trabalho, funcionando de modo integrado, graças a uma extensa corrente de trocas de produtos e prestações de serviços mútuos.

Toda essa atividade produtiva é realizada através das unidades produtoras que, na realidade, são elementos que

articulam os fatores da produção, o capital, o trabalho e os recursos naturais, com a finalidade da produção de bens e serviços.

A organização dos fatores nas unidades produtivas, cabe a pessoas ou grupos de caráter privado ou público, denominados genericamente de organizadores da produção. As combinações dos fatores são realizadas dentro de um quadro de possibilidades tecnológicas. Essas possibilidades ou soluções tecnológicas se resumem nas diferentes formas de organização utilizadas, bem como na multiplicidade de processos produtivos.

Essas atividades produtivas são realizadas dentro de três setores:

- a) Setor primário;
- b) Setor secundário; e
- c) Setor terciário.

O setor primário engloba as atividades agropastoris e extrativas.

O setor secundário reúne as atividades industriais.

O setor terciário congrega as atividades de prestação de serviços, como as de transportes, educação, diversões.

A divisão de uma economia em setores tem um importante valor analítico, não somente porque poderemos classificá-la segundo a absorção dos fatores pelos seus três setores, como também, pela importância relativa de um setor sobre o outro.

Nos países subdesenvolvidos as atividades do setor primário preponderam sobre as dos setores secundário e terciário. Nos países mais adiantados, o setor secundário prepondera. Daí a íntima relação que é estabelecida entre desenvolvimento e industrialização.

Nos países atrasados as atividades agrícolas ocupam de 50% a 80% da população economicamente ativa. As nações mais maduras, em flagrante contraste, ocupam parcela diminuta de sua população nas atividades do setor primário.

Em qualquer sistema, contudo, o setor secundário da economia está inequivocamente associado ao fator capital.

Articulados os fatores, tem curso a produção da qual resultam bens e serviços destinados as variadas solicitações econômicas da comunidade.

Tais bens e serviços, podem ser assim classificados:

- a) de consumo;
- b) de capital; e
- c) intermediários.

Bens e serviços de consumo são os que se destinam à satisfação direta das necessidades humanas, como alimentos, roupas e diversões. Os de capital não atendem diretamente as necessidades humanas, destinam-se a multiplicar a eficiência de trabalho, como instrumentos, máquinas, etc.

Os intermediários são aqueles que devem sofrer novas

transformações, antes de se transformarem definitivamente em bens de consumo ou de capital, como ferro-gusa , trigo, etc.

Os bens que são consumidos pela coletividade ou que se incorporam ao estoque de capital do sistema, são denominados de bens finais. O montante global de bens e serviços finais produzidos num determinado período de tempo é denominado PRODUTO.

Durante o processo produtivo, as unidades produtoras efetuam pagamentos ao pessoal empregado, remuneram os fatores capital e recursos naturais utilizados, e ainda , realizam seus lucros. A totalidade desses rendimentos constitui a Renda da comunidade. Tal agregado pode ser assim repartido: remuneração destinada ao trabalho (salários e ordenados) e rendas de propriedade recebidas' pelos detentores de capital e recursos naturais (juros, aluguéis, lucros, etc.).

O aparelho produtivo dá pois origem a dois fluxos simultâneos: o fluxo real, constituído de bens e serviços ; e o fluxo nominal, reunindo os rendimentos distribuídos no sistema.

O fluxo de rendimentos faculta aos homens adquirir os bens e serviços. E os bens e serviços lhes são ofertados pelas unidades produtoras.

Os ofertantes das mercadorias e serviços e os detentores de rendimentos, em busca de satisfazer suas necessidades e desejos, encontram-se no MERCADO, onde a produção atinge seu destino final, adquirida pelos membros da coletividade.

Nos países subdesenvolvidos as atividades do setor primário preponderam sobre as dos setores secundário e terciário. Nos países mais adiantados, o setor secundário prepondera. Daí a íntima relação que é estabelecida entre desenvolvimento e industrialização.

Nos países atrasados as atividades agrícolas ocupam de 50% a 60% da população economicamente ativa. As nações mais maduras, em flagrante contraste, ocupam parcela diminuta de sua população nas atividades do setor primário.

Em qualquer sistema, contudo, o setor secundário da economia está inequivocamente associado ao fator capital.

Articulados os fatores, tem curso a produção da qual resultam bens e serviços destinados as variadas solicitações econômicas da comunidade.

Tais bens e serviços, podem ser assim classificados:

- a) de consumo;
- b) de capital; e
- c) intermediários.

Bens e serviços de consumo são os que se destinam à satisfação direta das necessidades humanas, como alimentos, roupas e diversões. Os de capital não atendem diretamente as necessidades humanas, destinam-se a multiplicar a eficiência de trabalho, como instrumentos, máquinas, etc.

Os intermediários são aqueles que devem sofrer novas

transformações, antes de se transformarem definitivamente em bens de consumo ou de capital, como ferro-gusa , trigo, etc.

Os bens que são consumidos pela coletividade ou que se incorporam ao estoque de capital do sistema, são denominados de bens finais. O montante global de bens e serviços finais produzidos num determinado período de tempo é denominado PRODUTO.

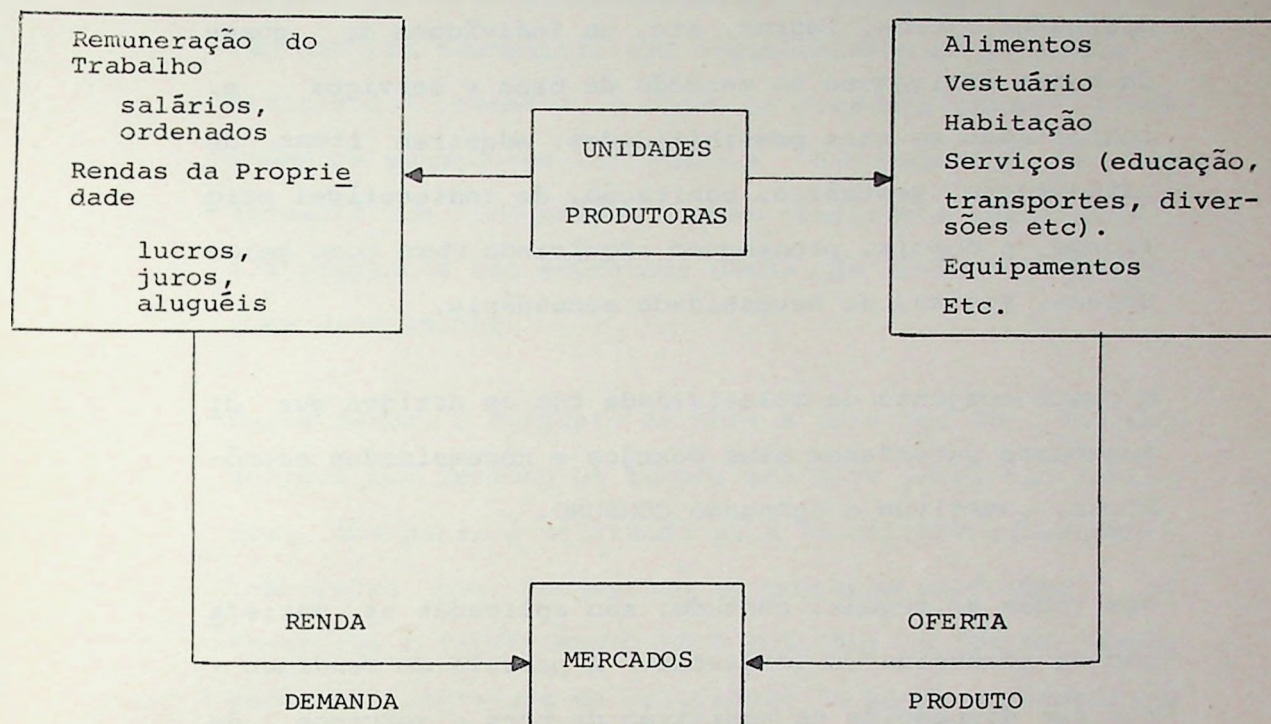
Durante o processo produtivo, as unidades produtoras efetuam pagamentos ao pessoal empregado, remuneram os fatores capital e recursos naturais utilizados, e ainda , realizam seus lucros. A totalidade desses rendimentos constitui a Renda da comunidade. Tal agregado pode ser assim repartido: remuneração destinada ao trabalho (salários e ordenados) e rendas de propriedade recebidas pelos detentores de capital e recursos naturais (juros, aluguéis, lucros, etc.).

O aparelho produtivo dá pois origem a dois fluxos simultâneos: o fluxo real, constituído de bens e serviços ; e o fluxo nominal, reunindo os rendimentos distribuídos no sistema.

O fluxo de rendimentos faculta aos homens adquirir os bens e serviços. E os bens e serviços lhes são ofertados pelas unidades produtoras.

Os ofertantes das mercadorias e serviços e os detentores de rendimentos, em busca de satisfazer suas necessidades e desejos, encontram-se no MERCADO, onde a produção atinge seu destino final, adquirida pelos membr os da coletividade.

Esquemáticamente, tudo ocorre como descrito no gráfico abaixo.



No gráfico acima vemos os elementos chaves do processo produtivo, os fatores e as unidades em que eles se organizam e os fluxos que, gerados num período de tempo, transitam pelo sistema econômico.

2.3 - O destino dos fluxos

Como vimos, no processo produtivo são gerados, simultaneamente, o Produto e a Renda. Acompanharemos, a seguir, o percurso de tais fluxos até a sua utilização final. Com tal propósito, examinaremos, inicialmente o encaminhamento de rendas, bens e serviços para a satisfação de necessidades de consumo, e depois, aqueles

rendimentos e produtos que servem à execução de outros propósitos.

Uma vez distribuída a renda, sob a forma de salários, ordenados, juros, lucros, etc, os indivíduos de posse da mesma dirigem-se ao mercado de bens e serviços e, respeitadas as suas possibilidades, adquirem itens de alimentação, vestuário, habitação, de indiscutível prioridade, e depois, prosseguem adquirindo itens como geladeiras, fogões, de necessidade secundária.

O gasto conjunto da coletividade com os artigos que diretamente satisfazem seus desejos e necessidades econômicas, constitue o agregado CONSUMO.

Nem todas as rendas, contudo, são aplicadas na satisfação de necessidades imediatas. A parcela de rendimentos não dispendida na aquisição de bens e serviços de consumo, constitui, por definição, o montante da POUPANÇA, no período considerado.

Na realidade, a POUPANÇA de um sistema econômico tem os seguintes componentes:

- a) os rendimentos percebidos por pessoas e não destinados ao consumo; e
- b) uma soma de recursos financeiros retidos pelas empresas, com dupla destinação: manutenção ou ampliação das suas instalações.

De parte do fluxo real, determinados bens e serviços não são absorvidos pelo mercado de consumo, mas destinam-se a integrar as atividades produtivas das empresas. São os chamados BENS de CAPITAL. Determinada

parte desses BENS de CAPITAL são adquiridas diretamente pelas empresas a partir do emprego de suas próprias poupanças. Mas a poupança dos indivíduos chega às empresas, através de Intermediários Financeiros. Estes têm por fim transmitir aos organizadores da produção , decididos a investir, o fluxo de poupança gerado pelos inúmeros poupadores individuais. Naturalmente, os intermediários financeiros também realizam a canalização' das poupanças das empresas, desde que estas não as apliquem diretamente.

Dessa forma, o conjunto de bens e serviços de capital, gerados num período de tempo, tem dois possíveis destinos: uma parte é utilizada para substituir equipamentos, peças, etc, desgastado no processo produtivo e constitui o INVESTIMENTO DE REPOSIÇÃO; a fração complementar é empregada na realização de novos empreendimentos na sociedade e é denominada de INVESTIMENTO LÍQUido. As parcelas somadas constituem o INVESTImento BRUto.

Agora, uma observação importante. Enquanto os bens e serviços de consumo rapidamente desaparecem, os bens de capital se incorporam ao processo produtivo, transformados no fator capital; ao crescer o estoque de capital, é incrementado a capacidade de produção da economia, o que acarreta o aumento do Produto e da Renda e, em consequência do consumo e da própria formação de capital. A formação de capital é, pois, fenômeno decisivo no crescimento e transformação temporal dos sistemas econômicos.

Pode-se então, extrair as seguintes relações fundamentais para a compreensão do funcionamento de um sistema econômico.

rico:

- a Renda gerada (Y) é utilizada para consumo imediato (C) ou poupada (S) para futuras aplicações, donde:

$$Y = C + S$$

- o Produto (P) satisfaz o consumo (C) da comunidade e, ainda, alimenta a reposição e/ou expansão (I) do estoque de capital, donde:

$$P = C + I$$

A seguir, apresentamos uma visão global e integrativa do funcionamento do sistema, destacando os aspectos de destinação dos fluxos de produto e renda.

Os símbolos utilizados têm os seguintes significados:

UP = unidades produtivas

Y = renda

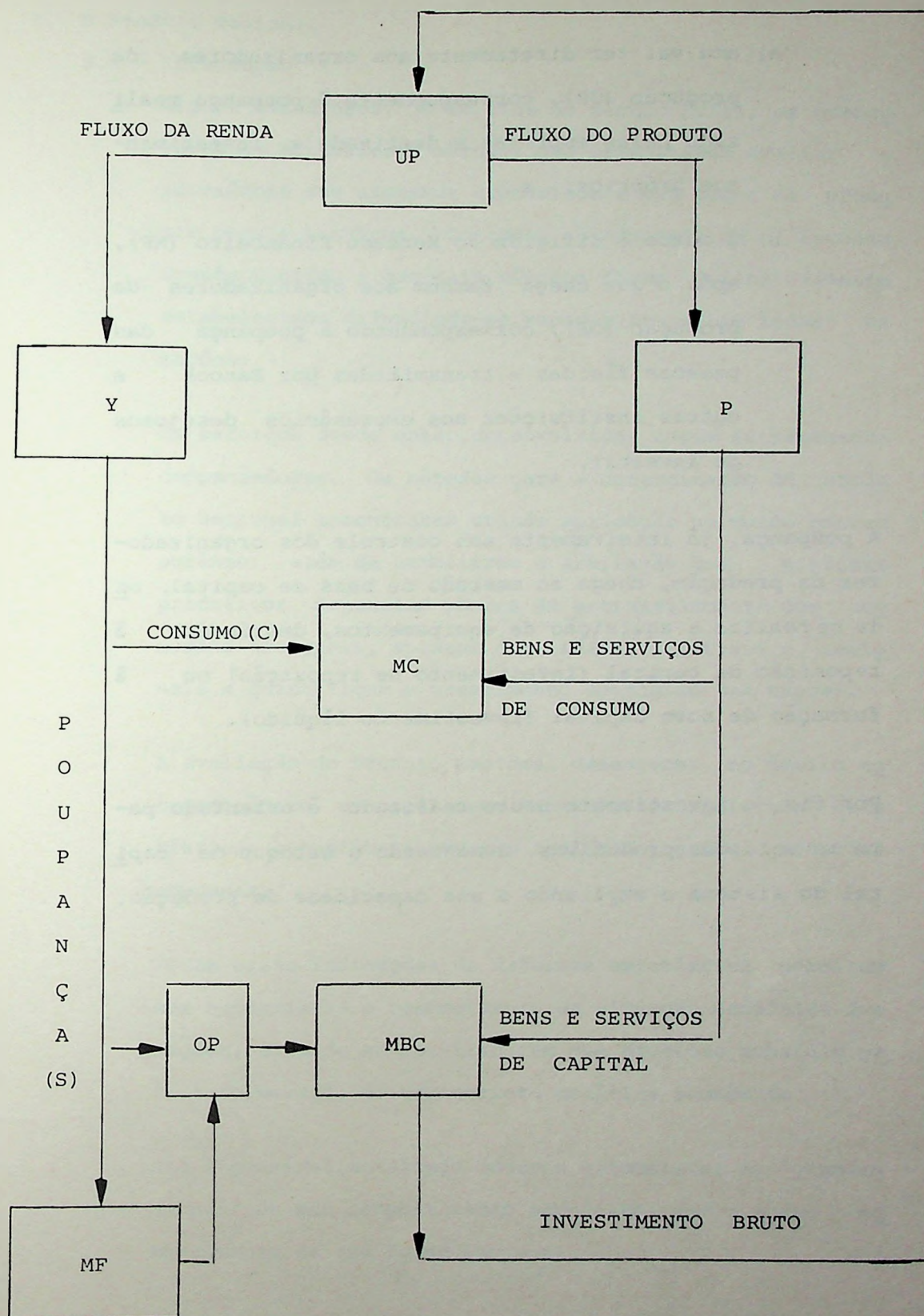
P = produto

MC = mercado de bens e serviços de consumo

MBC = mercado de bens e serviços de capital

MF = mercado financeiro

OP = organizadores da produção



O fluxo de poupança está dividido em duas correntes porque:

- a) uma vai ter diretamente aos organizadores da produção (OP), correspondente à poupança realizada pelas empresas e destinada a investimentos próprios; e
- b) a outra é dirigida ao Mercado Financeiro (MF), após o que chega também aos organizadores da produção (OP), correspondendo à poupança das pessoas físicas e transmitidas por Bancos e outras instituições aos empresários desejosos de investir.

A poupança, já inteiramente sob controle dos organizadores da produção, chega ao mercado de bens de capital, onde se realiza a aquisição de equipamentos, destinados à reposição de capital (investimento de reposição) ou à formação de novo capital (investimento líquido).

Por fim, o investimento bruto realizado é orientado para as unidades produtivas, aumentando o estoque de capital do sistema e ampliando a sua capacidade de produção.

3. O Produto Nacional

3.1 - Introdução

Alguns estudiosos, já em fins do século XVIII, se preocupavam em estabelecer métodos que permitissem avaliar a eficiência dos sistemas econômicos e seu poder de produzir bens e serviços. Contudo, só a partir da Segunda Grande Guerra, é que tais métodos foram definitivamente estabelecidos difundindo-se rapidamente entre todas as nações.

Os esforços desde então desenvolvidos foram extremamente compensadores. Os métodos para a determinação do Produto Nacional encontraram grande aplicação no mundo contemporâneo: além de permitirem a avaliação dos sistemas produtivos, denunciam pontos de estrangulamento das economias nacionais, apontam debilidades setoriais e regionais e quantificam o crescimento econômico das nações.

A avaliação do Produto Nacional desempenha, no âmbito macroeconômico, um papel semelhante ao dos registros estatísticos e contábeis que são realizados pelas modernas empresas.

Todas essas indicações de natureza estatística permitem aos economistas o conhecimento da situação econômica das nações, além de se constituírem num precioso subsídio para a formulação de uma correta política econômica.

Não é possível ao Estado moderno estabelecer as "grandes linhas" de seu comportamento econômico, sem o exato conhecimento da sua Renda Nacional.

Em 1941, Wassili Leontief estabeleceu as relações tecnológicas existentes entre 44 setores da economia norte-

americana, numa obra que ficou famosa: "The Structure of American Economy 1919-1929". Leontief construiu matrizes de input-output (entradas e saídas ou insumo-produto), procurando destacar o regime de interdependência em que se encontram os vários setores da atividade econômica. Através de suas matrizes foi possível estabelecer representações instantâneas, embora estáticas da contextura das economias. Procurou Leontief mostrar "a vida interna do setor produtivo das comunidades, a produção em conjunto e as inter-relações setoriais".

Seu modelo teve difusão rápida. Tão rápida quanto os próprios processos de cálculo do Produto Nacional, embora a construção das matrizes de input-output apresente dificuldades para as nações que não dispõem de uma ampla e eficiente rede estatística. Contudo, superadas as dificuldades de construção das matrizes, o sistema se revela de grande utilidade, pois aponta os pontos de estrangulamento da uma economia e possibilita o cálculo dos efeitos de um investimento em um dado setor sobre o conjunto da atividade econômica, bem como evidencia os reflexos das expansões e das crises setoriais.

De outro lado, Morris Copeland, um outro norte-americano, desenvolveu estudos que complementaram os de Leontief, nos domínios da circulação da moeda e do crédito. Sua obra "A Study of Money Flows in the United States", publicada em 1952, salientou a interdependência entre o funcionamento do sistema financeiro nacional e as variações da produção e consumo globais.

Embora complementares, os sistemas de Leontief e Copeland são estruturalmente diferentes: as matrizes de input-output evidenciam a estrutura tecnológica da ativi-

dade econômica, enquanto os fluxos da moeda e do crédito revelam aspectos das inter-relações monetárias e financeiras do sistema. Desenvolvidos logo após as pesquisas para o cálculo do Produto Nacional, esses sistemas ficaram conhecidos, principalmente, pela clara revelação que fazem da estrutura econômica de uma nação.

No Brasil, até hoje não foram realizados, em escala nacional, cálculos para avaliação dos fluxos inter-setoriais da produção, da moeda e do crédito, com base nos sistemas de Leontief e de Copeland. Contudo, as avaliações do Produto Nacional e de outros agregados macroeconômicos são realizados desde 1947, de acordo com os métodos de cálculo difundidos pela Organização das Nações Unidas.

Esses cálculos vem sendo realizados, desde 1950, pelo Centro de Contas Nacionais, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

3.2 - Conceito e Cálculo

Os modernos sistemas econômicos possuem, normalmente, uma grande capacidade de produção de bens e serviços. No setor primário produzem-se víveres, fibras naturais, leite, café, etc. No setor secundário a produção é mais diversificada: produtos químicos, veículos, materiais de construção, tratores, laminados, etc. No setor terciário são prestados os mais variados serviços produtivos, como o das agências de turismo, empresas de armazenagem e transporte, o dos profissionais liberais, etc.

Fica bem evidente que, uma produção dessa tão diversificada não possa ser quantificada em termos globais: não

se podem somar coisas heterogêneas como sacas de café, laminados de metal e serviços de armazenagem. Logicamente, esse agregado só poderá ser expresso em termos monetários.

Colocada a questão nestes termos podemos definir o Produto Nacional Bruto (PNB) como a medida, em unidades monetárias, do fluxo total de bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico em determinado período. Trata-se pois de um indicador global da produção desenvolvida nos diferentes setores de aparelhamento produtivo interno.

Contudo, se o valor de todas as mercadorias for somado, o total será superior ao do Produto Nacional Bruto, porque algumas mercadorias são utilizadas na produção de outras. O preço de um pão inclui o da farinha de que foi feito e o valor do trigo nela transformado. Assim, juntar o valor do trigo cultivado, da farinha e do pão cozido equivale a contar o valor da farinha duas vezes e o do trigo três vezes. Se essa contagem múltipla não for eliminada obteremos um valor para o Produto Nacional muito exagerado.

Há porém um método engenhoso para contorná-lo, através do qual são computados apenas os produtos e serviços de consumo final e não os bens insumidos durante o processo produtivo. O método se baseia no cálculo dos valores agregados aos bens e serviços produzidos nos diversos estágios da sua fabricação.

Vejamos o seguinte quadro:

Estágios de produção	Valor da produção a preços de mercado	Insumos utilizados, procedentes do estágio anterior	Valor agregado em cada estágio
Na pecuária	40.000,00	-	40.000,00
Nos cortumes	65.000,00	40.000,00	25.000,00
Na indústria	110.000,00	65.000,00	45.000,00
No comércio	150.000,00	110.000,00	40.000,00
TOTAIS:	365.000,00	215.000,00	150.000,00

Suponhamos, agora, que uma unidade produtiva tenha elaborado 5.000 pares de sapatos e que o valor do par a preços de mercado seja de Cr\$30,00. Então o valor da produção ascende a Cr\$150.000,00 e deverá, evidentemente, ser considerada no cálculo do Produto Nacional. Todavia, não devem ser computados os insumos utilizados no processo de obtenção desse produto, pois se considerarmos as receitas dos fabricantes de insumos (couro bruto, couro curtido), mais as receitas da indústria que confeccionou o produto e mais as receitas do estabelecimento que o vendeu, estaremos incorrendo em superestimação.

De fato, voltando à tabela acima verificaremos que a soma dos valores da produção, a preços de mercado, de cada um dos quatro estágios considerados alcança 365.000 cruzeiros e não apenas os 150.000 que devem ser efetivamente computados.

Portanto, para chegarmos ao Produto Nacional Bruto devemos somar apenas os valores agregados pelos setores considerados, que são dados pela diferença entre o valor, a preços de mercado, dos bens e serviços produzidos em cada

setor e o total dos insumos utilizados no processo de produção.

Retornando à tabela, verificamos, então que tanto poderíamos ter considerado o produto final pelo seu preço de mercado (5.000 pares a 30,00 = 150.000 cruzeiros) ou pela soma dos valores agregados em cada estágio da produção, pois ambos os caminhos conduzem ao mesmo resultado. Isso equivale dizer que o cálculo do PNB pelo fluxo da produção pode ser realizado de duas maneiras: pela contagem, aos preços de mercado, apenas dos bens e serviços de utilização final e pelo somatório geral dos valores agregados pelas empresas, indistintamente, a todos os bens e serviços produzidos pelo sistema, com o que serão excluídos automaticamente todos os insumos de utilização intermediária, cuja inclusão levaria aos erros, já apontados, do superdimensionamento do Produto.

Por outro lado, o PNB também pode ser calculado pelo fluxo da renda. Por este método, as estimativas serão baseadas no levantamento da remuneração de todos os fatores que as empresas mobilizam para elaboração de seus produtos ou prestação de seus serviços.

Pelo método anterior, calculado com base no fluxo da produção, realiza-se o somatório dos valores agregados pelas empresas, indistintamente, a todos os bens e serviços produzidos pelo sistema. Isto significa que se conseguirmos outro meio de conhecermos esse somatório teremos encontrado um segundo método para a avaliação do PNB. Esse segundo método pode ser facilmente compreendido se considerarmos as remunerações pagas pelas empresas aos fatores por ela mobilizados, excluindo-se, natural-

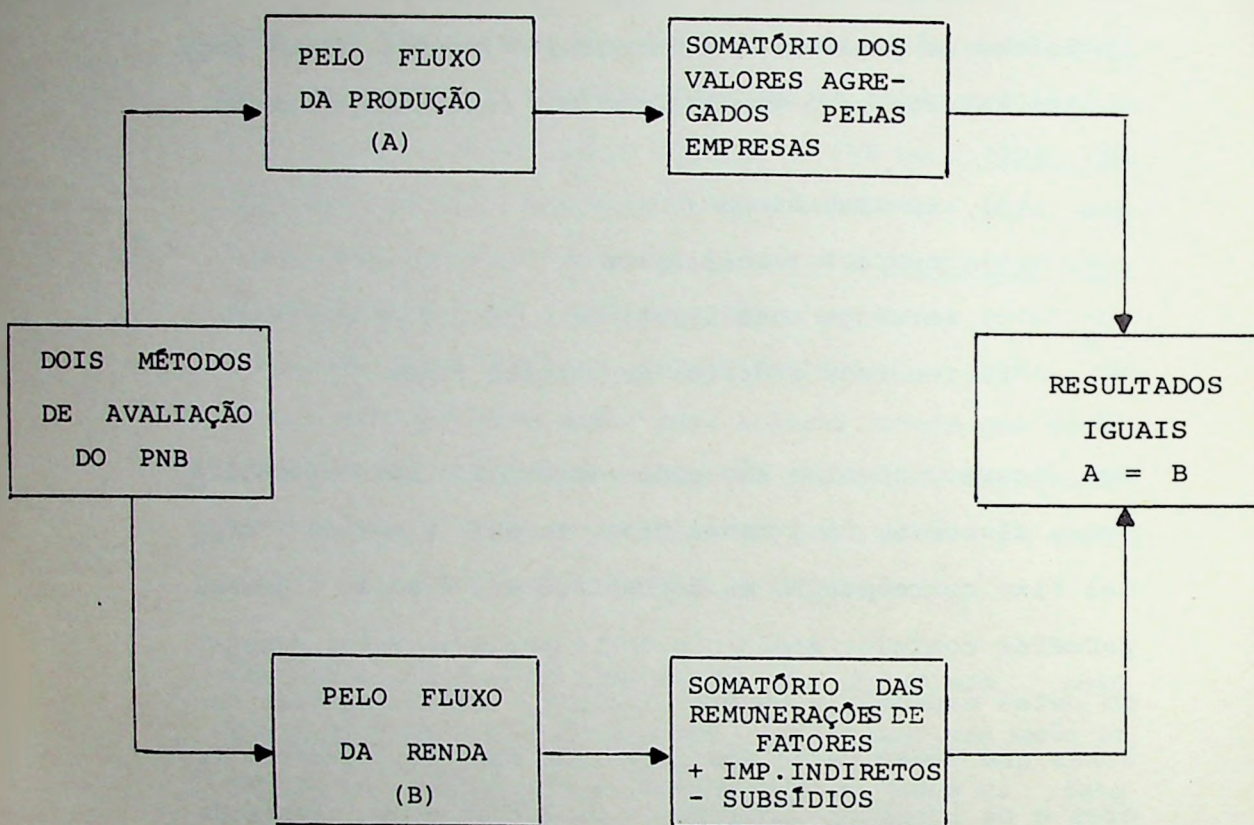
mente, os pagamentos referentes a insumos procedentes de outras empresas. Mais precisamente, devemos procurar caracterizar quais as remunerações que totalizam as parcelas agregadas pelas empresas aos bens e serviços por elas produzidos.

Excluídos os pagamentos referentes a insumos, esses pagamentos referem-se à mobilização dos seguintes recursos:

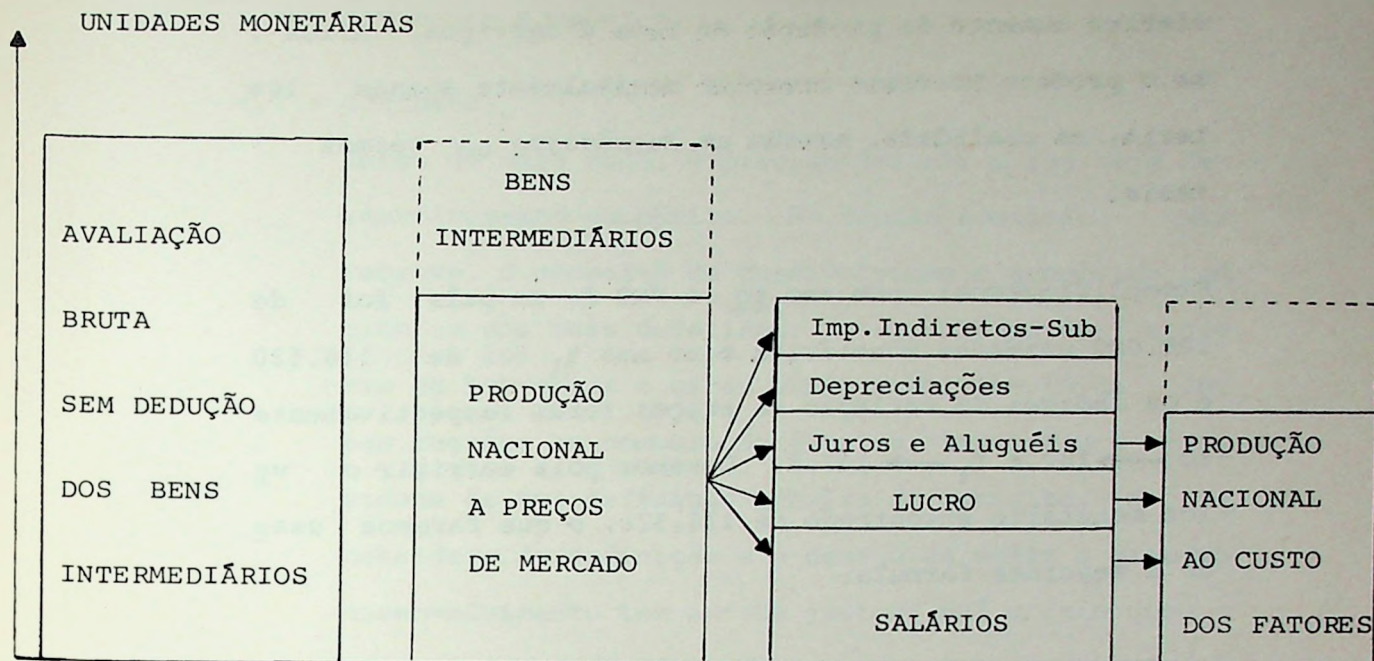
- a) recursos humanos;
- b) recursos imobiliários;
- c) recursos monetários; e
- d) recursos próprios de capital fixo.

Aos recursos humanos são pagos salários; aos imobiliários, aluguéis; aos monetários, juros; e aos de capital fixo correspondem as depreciações. A soma dessas parcelas contudo, ainda não corresponde ao valor agregado pelas empresas. Devemos incluir, também, outros valores que fazem parte dos preços de mercado, como os lucros e os impostos indiretos. Os lucros e os impostos indiretos estão incorporados ao preço de venda dos bens e portanto fazem parte dos valores agregados pelas empresas. Contudo, devemos subtrair desse novo total obtido 'o valor dos subsídios governamentais. Em muitos casos, a soma das remunerações pagas aos fatores mobilizados está acima do preço de mercado de bens, sendo a diferença coberta por um subsídio do Governo. Assim se não excluirmos os subsídios quando do cálculo pelo fluxo da renda chegaremos a um resultado superior ao do cálculo pelo fluxo da produção.

Na figura abaixo sintetizamos a correspondência entre os dois métodos de cálculo do PNB.



A tabela a seguir exemplifica como chegar ao Produto Nacional Bruto pelo fluxo da renda, como também seus dois mais importantes conceitos: o do Produto Nacional ao custo dos fatores e o do Produto Nacional a preços de mercado. O primeiro inclui salários, juros, aluguéis e lucro. O segundo adiciona a essas remunerações o valor correspondente às depreciações e aos impostos indiretos, subtraindo, porém, os subsídios.



Finalmente, há uma última observação que deve ser feita, ainda, nesse estágio da nossa análise. Trata-se da passagem da avaliação monetária à avaliação real.

Como já dissemos anteriormente, as estimativas da produção são sempre apresentadas em termos monetários. Contudo, os preços dos bens e serviços considerados estão sujeitos à alterações decorrentes dos fenômenos da inflação ou deflação. Nos períodos inflacionários os preços se elevam e, contrariamente, se reduzem nos períodos de deflação.

Essas variações, é evidente, influem sobre a estimativa do produto. Se tiver havido uma inflação num determinado ano, digamos de 20%, a estimativa do PNB estará acrescida desse percentual em relação ao seu valor real. Se o PNB apresentasse um crescimento de 20% em relação ao ano anterior, logicamente, não teria havido qualquer crescimento real do produto, pois a expansão seria uma consequência das alterações havidas nos preços e não devido a um real e

efetivo aumento da produção de bens e serviços. Aliás , se o produto houvesse crescido nominalmente apenas 10% teria, na realidade, havido um decréscimo em termos reais.

Exemplifiquemos: num ano to o PNB de um país foi de 100.000 unidades monetárias e no ano t_1 foi de 116.520 e os índices de variação de preços foram respectivamente $t_0 \rightarrow 100$ e $t_1 \rightarrow 107,6$. Devemos pois corrigir o valor monetário encontrado de 116.520, o que faremos usando a seguinte fórmula:

$$\text{PNB real} = \frac{\text{PNB (preços correntes)}}{\text{Índice de variação de preços}} \times 100$$

Substituindo os valores, encontramos:

$$\text{PNB real} = \frac{116.520}{107,6} \times 100 = 108.290$$

Concluindo, lembramos que as comparações inter-temporais do PNB só devem ser desenvolvidas a partir de valores reais e nunca através de valores nominais. Estas últimas , alteradas pelo contínuo movimento de preços resultam sempre ilusórias. Às primeiras, contudo, estão depuradas, uma vez que a aplicação dos deflatores tem exatamente a finalidade de reconduzir o produto aos seus níveis verdadeiros.

4.0 - Desenvolvimento Econômico

4.1 - Conceito

Antes de mais nada, é preciso definir o que seja desenvolvimento econômico. Na teoria econômica mais recente, o conceito de desenvolvimento econômico tem sido um dos mais debatidos; os problemas de economia do bem-estar e os do subdesenvolvimento de certas regiões em comparação à outras impuseram a necessidade de uma definição precisa do conceito. A necessidade da definição e o desejo de medir o grau de desenvolvimento tem andado juntos, daí o fato que o denominador comum de todos os conceitos existentes é o aumento da renda per capita.

Problemas resultantes de desequilíbrios na distribuição da renda entre as regiões, entre os fatores produtivos, entre os setores produtivos, entre grupos sociais têm levado alguns economistas a estabelecer um nexó necessário entre o desenvolvimento econômico e a distribuição da renda. Por esta razão, fala-se de progresso econômico em contraposição a desenvolvimento econômico, reservando-se a segunda expressão ao simples aumento da renda per capita, eventualmente acompanhada de movimentos da população ativa do setor primário da economia para os setores secundário e terciário. Já o progresso econômico seria definido como o desenvolvimento acompanhado de uma repartição mais equitativa da riqueza.

Por outro lado, crescimento e desenvolvimento econômico são muitas vezes usados como sinônimos, e este uso é inteiramente aceitável. Mas quando duas pala

vras existem, há necessidade de se procurar uma distinção entre elas. Crescimento econômico significa aumento no produto nacional e desenvolvimento econômico, deve ser compreendido como esse aumento do PN, já referido, acompanhado de mudanças nas estruturas técnicas e institucionais utilizadas para a sua produção. Por analogia com o comportamento humano, onde crescimento significa aumento de peso ou altura e desenvolvimento envolve conceito mais amplo ligado à mudanças nas capacidades funcional e intelectual e na coordenação física. O crescimento e o desenvolvimento, contudo, tendem para uma situação na qual a economia perde a sua capacidade de adaptar-se às circunstâncias. Este é o problema de países que alcançaram níveis consideráveis de desenvolvimento e agora enfrentam o problema de manter esse crescimento. Este é, presentemente, o problema dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Por fim, uma distinção, países pouco desenvolvidos e países de baixa renda per capita não são necessariamente idênticos, embora haja uma grande superposição de casos nesse setor. Um exemplo de país rico, com alta renda per capita, mais subdesenvolvido, é o Kuwait. Exemplos de países pobres, quanto a recursos naturais, mas altamente desenvolvidos, são o Japão e Israel. A Austrália e o Canada do início do século, e os Estados Unidos de 1850 eram subdesenvolvidos, mas eram ricos, como também o nosso Brasil, nos dias atuais.

Agora, o problema do desenvolvimento equilibrado. Tem-se entendido o desenvolvimento equilibrado so

bretudo como uma adaptação contínua da capacidade produtiva à procura efetiva, ora, se tomarmos em conta as três variáveis que são consideradas mais importantes no processo de desenvolvimento econômico que são: a população, o progresso técnico e a acumulação de capital veremos que o processo de desenvolvimento dificilmente se desenvolverá equilibradamente, pois há uma tendência, no seu curso, de agravamento de desequilíbrios distributivos entre uma região e outra, um setor e outro, um fator produtivo e outro, um grupo social e outro. Streeten, em "Unbalanced Growth" acha mesmo que "não só o desequilíbrio pode resultar em desenvolvimento, mas também o desenvolvimento pode determinar desequilíbrio".

Na verdade, o desenvolvimento desequilibrado ocorre com maior frequência quando:

- a) as indivisibilidades técnicas são importantes;
- b) os custos de expansão são consideráveis;
- c) as rendas individuais obtidas são mais altas; e
- d) os incentivos às pesquisas são reforçados.

Os quatro casos estão ligados à acumulação de capital e ao progresso técnico. O mesmo economista já citado esclarece que a escassez e os estrangulamen

to estimulam a pesquisa e as invenções que, por sua vez, ao serem implementadas, produzem, nova escassez e estrangulamentos. A necessidade é a mãe da invenção, assim como a invenção é a mãe da necessidade. Nessa sucessão se baseia a história do progresso técnico e a história do anabolismo das necessidades. Portanto, o desenvolvimento equilibrado, como imaginado por alguns economistas, eliminaria o incentivo a novas descobertas, ou então, à sua aplicação.

O progresso técnico, na verdade, agindo sobretudo dentro da possibilidade de desfrute das economias de escala, pode determinar excessos temporários de capacidade produtiva, além disso, pode mudar radicalmente as "relações de troca" entre os diversos setores produtivos, haja visto o exemplo histórico das relações entre a agricultura e a indústria, e pode conduzir a um desenvolvimento mais rápido de algumas indústrias com relação a outras.

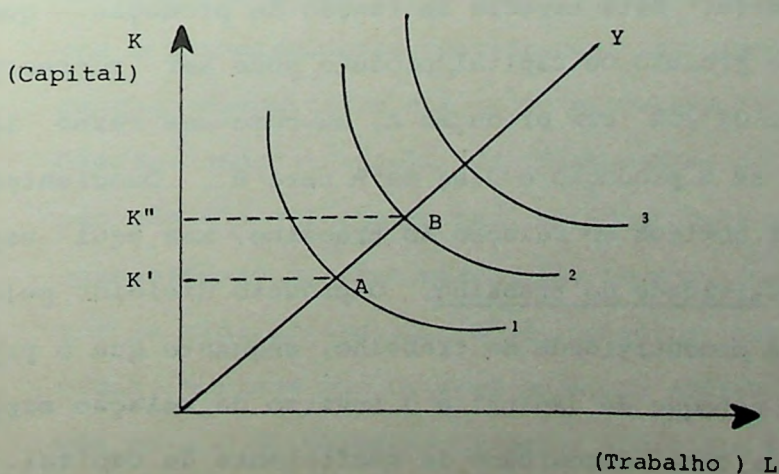
4.2 - Modelos econômicos

Um modelo econômico consiste no estabelecimento de relações funcionais entre variáveis econômicas.

Seu propósito é ilustrar relações causais entre variáveis críticas no mundo real, escoimadas de complexidades irrelevantes, com o propósito de obter um claro entendimento de como a economia opera, e através de formulações, como pode a mesma ser manipulada. Os modelos podem ser de formulação geométrica, matemática ou serem simplesmente descritos em prosa. Contudo, as variáveis num modelo devem ser bem diferenciadas sob o aspecto de dependência, devendo ficar bem claro qual o seu inter-relacionamento.

A validade científica dos modelos pode ser verificada mediante medições estatísticas.

Os problemas pertencentes ao campo das ciências sociais são enormemente complexos. Um modelo simples, que pode ser facilmente compreendido corre o grande risco de omitir fatores significantes do mundo real. Um modelo que intente abranger a realidade em toda a sua complexidade só poderá ser entendido por especialistas matemáticos. O exemplo seguinte está desenvolvido com o uso de um diagrama e está necessariamente restrito a um modelo simples, envolvendo não mais que um "output" (renda nacional) e dois "inputs" (capital e trabalho).



Esta função de produção expressa a relação entre "outputs" e "inputs" e mostra o caminho do crescimento econômico. Na figura acima Y, ou o produto, é medido sobre linhas de igual produto, ou isoquantas 1, 2 ou 3, onde 2 representa maior produto do que 1 e 3 maior que 2. Cada ponto sobre a isoquanta 1 representa a mesma quantidade de produto que pode ser produzida com variadas quantidades de trabalho e capital.

Nesta particular função de produção, trabalho e capital são fatores substituíveis um pelo outro na produção de Y, não podendo entretanto haver substituição total, razão porque as curvas são as sintóticas aos eixos coordenados.

Usando-se três fatores, ainda é possível usar modelos geométricos, de perspectiva tri-dimensional, embora seja mais conveniente agregar dois fatores num segundo e reduzir o diagrama a duas dimensões.

Na figura acima, o crescimento econômico é representado por um caminho de expansão O-Y, que é desenhado de uma isoquanta para outra através de pontos de tangência similar. Se O-Y é uma linha reta, significa que as proporções dos fatores são constantes, e as distâncias iguais entre as isoquantas representam acrêscimos iguais no produto e neste caso a função de produção é dita homogênea de primeiro grau. Esta espécie de função de produção, que relaciona capital e produto ou capital/produto pode ser representada pela expressão OK'/OA com produção A, ou como uma razão incremental $K'K''/AB$, se a produção evolue de A para B. Quocientes similares podem ser obtidos em relação ao trabalho, mas aqui usaremos o termo produtividade do trabalho. O produto dividido pelo fator trabalho dá a produtividade do trabalho, enquanto que o produto dividido pelo estoque de capital é o inverso da relação capital/produto, algumas vezes denominado de coeficiente de capital.

4.3 - Problemas do Crescimento

Os países subdesenvolvidos são aqueles de baixa renda per capita, como já foi dito anteriormente. Além desse fato, outros podem ser apontados como caracterizadores dessa condição: grande número de analfabetos, alta percentagem da população ativa trabalhando na agricultura, baixa produtividade da mão-de-obra e pequena acumulação de capital. Os economistas e os políticos de todo o mundo têm pensado em esquemas, teorias e processos capazes de diminuir a crescente diferença entre países ricos e pobres. A população da Ásia, África e América Latina constitui 70% da população mundial e possui, apenas, 20% da renda mundial. Os Estados Unidos com 6% dessa população usufruem 38% dessa renda e a Europa com 22% dos habitantes do planeta, usufrui de 36%.

A cruzada contra o subdesenvolvimento levado a efeito no mundo de hoje tem por objetivo diminuir as diferenças crescentes entre os povos adiantados e atrasados, e fazer cessar a luta ideológica que vem conduzida com bases nessas diferenças econômicas e principalmente corresponder às grandes esperanças despertadas nos povos subdesenvolvidos pelo "efeito - demonstração". Os instrumentos de comunicação são tão eficientes que, em toda parte se tem conhecimento e, frequentemente, inveja, dos confortos da vida ocidental. Hoje, os povos subdesenvolvidos obrigam que os seus governos adotem programas para o atingimento de metas sociais e econômicas -

cas, como a reforma agrária, industrialização e direitos políticos. Mas, não é só por motivos de bem-estar econômico que esses povos desejam mas, também, porque desejam que o seu país seja poderoso e respeitado.

Diversos são os fatores que influenciam ou condi-cionam o desenvolvimento econômico. Alguns já foram considerados importantes, mas, hoje em dia, tem a sua importância minimizada pela influência 'do progresso tecnológico, entre esses: a geogra-fia, a raça e os costumes e a cultura.

Todo país tropical é pobre. Daí, como dizia o ar-gumento, ser tudo uma questão de clima.

É claro que o clima é um fator importante, mas não é o único. É uma vantagem não se ter o clima tropical; é uma vantagem não se ter neves árticas . Mas, graças a tecnologia, nem o frio nem o calor podem impedir mais o progresso e o desenvolvimento econômico.

Todos os países desenvolvidos são de raça branca , dizia-se até há pouco tempo; por isso, a prosperidade é apenas uma questão de raça. O fenômeno mais notável de desenvolvimento deste século e desta última década foi o dos japoneses, o que prova que o fator não pode ser isolado como uma variável de terminante de desenvolvimento econômico.

Na década de 1920, uma biografia de Jesus, em termos de contabilidade de virtudes, poderia ser um

"best-seller". Daí alguns adotarem a teoria de que as pessoas devem comportar-se como o "homo economicus" dos compêndios clássicos, se uma nação quiser prosperar. Isso é uma caricatura, que esconde uma verdade mais importante. O progresso material de pende, realmente, da substituição de uma crença em magias e superstições pela crença nas relações de causa e efeito entre a engenharia e a ciência. Se as tradições de uma nação abominam o trabalho manual ou o trabalho em geral, se destacam o valor da vida futura em comparação com este mundo, se desprezam a prosperidade material, se desestimulam a honestidade comum nas transações comerciais com estranhos, e o seu meio de vida estimula o consumo corrente e não a provisão para o futuro; se os seus funcionários do Governo são corruptos e incapazes, todas essas ca racterísticas culturais não são úteis ao desenvolvimento econômico.

Mas salientar esses fatores não econômicos não resolve o problema. Levanta novos problemas.

A célebre ênfase dada por Max Weber à "ética protes tante", como causa e efeito do desenvolvimento capitalista, é um caso a destacar. Uma moderna pesquisa estatística sobre os bairros protestantes e católicos de cidades alemães, sobre os quais Weber baseiou originalmente uma parte do seu caso, chegou à conclu são de que uma tabulação estatística correta pode até desmentir as descobertas do próprio Weber.

Estivesse Weber certo, e não estaria ocorrendo o que se vê hoje em dia: as economias que tem mostra

do os maiores milagres de crescimento, a partir de 1950 são o Japão, a França e a Itália católicas, a Alemanha Ocidental, católica em grande parte e a Rússia, ateuísta. Países protestantes como Canadá, Inglaterra e os Estados Unidos, quase nada fizeram em comparação a elas.

Tudo isso nada prova, porque quase nada há a provar.

Outras questões são suscitadas no debate sobre desenvolvimento econômico, tais como:

- a) industrialização versus agricultura;
- b) necessidades de capital;
- c) eficiente distribuição de recursos;
- d) problemas demográficos;
- e) recursos naturais;
- f) formação de capital; e
- g) alterações e inovações tecnológicas

Na maioria das cidades do mundo, as rendas são quase o dobro das obtidas na agricultura, e, nas nações ricas, grandes frações de seus recursos são dedicados à manufatura urbana. Daí, a conclusão apresada de que a industrialização é uma causa e não um efeito da opulência. Esta é apenas uma verdade parcial. A vida da cidade e da fábrica estimula, pelo contato continuado, o desenvolvimento das pessoas. Daí, ser a alteração técnica estimulada, a longo prazo, pelo subsídio industrialização. Se o plano quinquenal da Índia, contudo, pudesse aumentar a produ^{ti}

vidade da agricultura em 20%, esse fato contribui -
ria mais para a liberação de recursos para a produ -
ção de confortos do que se houvesse uma base exclusi
va de estímulo à indústria. Felizmente, há no setor
agrícola um grande desemprego disfarçado que permite
que elementos adultos se desloquem dos campos para
as cidades, sem que isso implique em queda do produ -
to agrícola.

Para romper o círculo vicioso da pobreza - e do sub
desenvolvimento há necessidade de formação de capi -
tal. Mas não se pode esperar que as pessoas poupem
se ganham pouco. Um caminho para a obtenção desse
capital seria a tributação. Mas nos países pobres o
sistema tributário é primitivo e deficiente. Não há
cooperação e freqüentemente há corrupção de parte
dos funcionários arrecadadores. Nesses casos, sis -
temas de incentivos fiscais devem ser usados, segundo
o modelo brasileiro, porque favorecem projetos que
produzem rendas para as empresas, facilitando o in -
vestimento maciço.

Quanto a distribuição dos recursos, a maioria das
nações têm apelado para o planejamento, estabelecen
do metas quantitativas e escolhendo objetivos alter -
nativos pela verificação de sua compatibilidade. Des -
se modo, o desenvolvimento pode ser maximizado.

Ainda com relação a essa questão, há o problema da
relação capital/produto. Os países pobres têm muita
mão-de-obra e pouco capital. São aconselhados, por -
tanto, a economizar no uso de projetos de capital .
São aconselhados a concentrarem-se o mais possível

em atividades que tenham uma baixa relação capital/produto. É preferível, contudo, que a decisão de investimento seja tomada em função de uma percentagem de rendimento por ano. Um investimento que dê uma renda de 20% ao ano deve ser executado antes de um outro que daria apenas 5% ao ano, mesmo que a relação capital/produto deste último fosse menor.

Como o trabalho é um importante fator de produção, há muitos programas construtivos a serem feitos nessa parte: controle de doenças endêmicas, problemas de nutrição, saneamento básico, erradicação do analfabetismo, treinamento, educação formal, etc.

É preciso, contudo, utilizar melhor o potencial humano. É freqüente, em países como o nosso, uma grande parte do potencial humano não fazer nada, ou quase nada, porque nada há a fazer. Esses elementos não entram no censo do desemprego, mais dificilmente poderão ser classificados como empregados. Na realidade, eles estão numa situação que, em, economia, é denominada de desemprego disfarçado.

Mesmo sem criar ou descobrir novas terras, as nações podem usar melhor as terras que possuem. Em muitas partes do mundo, está se desenvolvendo, no momento, um penoso trabalho de consolidar pequenas propriedades. No outro extremo, vemos em muitos países subdesenvolvidos, propriedades demasiado grandes para um aproveitamento eficiente. O arrendatário não tem incentivo para melhorar a propriedade, sabendo que pode ser desalojado a qualquer momento e também que a sua participação no fruto de seu trabalho é bem pe

quena. O proprietário, por sua vez, não se sente incentivado a melhorar a propriedade, por receio de ver malbaratado os recursos que puser à disposição dos arrendatários.

O Brasil vem executando a sua reforma agrária, através do INCRA, visando a destruição, apenas, do latifúndio improdutivo. As grandes propriedades que estiverem sendo explorados economicamente serão preservadas.

Os homens são semelhantes, mas nos países adiantados, além de mãos e cérebros, contam eles com um abundante estoque de capital acumulado com o correr dos anos. O acúmulo de capitais, contudo, exige o sacrifício do consumo corrente. Mas os países subdesenvolvidos já são tão pobres que não podem economizar substancialmente, mesmo porque a sua população já vive a nível de subsistência.

Assim, nas nações avançadas, 10% a 20% da renda poderão destinar-se à formação de capital, mas nos subdesenvolvidos, a taxa de poupança pode ser inferior a 5%. Há, portanto, nestes países, como consequência, um subinvestimento em instrumentos produtivos capazes de aumentar a taxa de progresso econômico da nação.

Há outro problema. Nesses países, não apenas a poupança e o investimento são quantitativamente baixos; igualmente sério é o fato de que a composição qualitativa do investimento é má.

Resumindo, as taxas de formação produtiva de capital, nos países subdesenvolvidos, são baixas em virtude de:

- a) pobreza;
- b) falta de uma ética burguesa acentuando a frugalidade e o desejo de poupar;
- c) distorção qualitativa das poupanças em estoques ociosos, propriedades luxuosas ou mercados monetários no exterior;
- d) emulação de padrões de consumo de nações avançadas; e
- e) barreiras nacionalistas à importação de capital.

Cabe lembrar, por fim, que a mudança tecnológica interage com novos bens de capital e neles está caracterizada. É um processo que oferece muitas possibilidades às nações subdesenvolvidas, visto que elas podem copiá-lo das nações desenvolvidas. Esse processo de absorção de tecnologia, contudo, não é fácil. Exige um grau de técnica de empreendimento e de inovação criadora. Por isso, uma das tarefas mais prementes do subdesenvolvimento é a de favorecer o espírito empreendedor e comercial.

Examinaremos, a seguir, com maiores detalhes, os problemas demográficos e educacionais e os decorrentes da distribuição da renda.

5. O problema demográfico

Em diversas ocasiões na história os economistas ficaram preocupados com o problema populacional.

Malthus iniciou a discussão do problema com a publicação do seu "Essays on Population" em 1798. Ele tinha uma preocupação exagerada com o crescimento da população, apesar de não dispor de dados muito bons sobre o assunto. Um outro tipo de perigo apontado, desta vez, pelos "estagnacionistas" é de que a população diminua consideravelmente.

Hã, portanto, com relação ao problema duas preocupações básicas: a da superpopulação e a da subpopulação.

Se a população cresce, pelo fato da produção ser, na sua maior parte, resultado da combinação do capital com a mão-de-obra, o fator trabalho se torna mais abundante e isso normalmente ocasiona um aumento na produção de bens e serviços. Mas o crescimento da população implica no aumento das necessidades a serem satisfeitas: mais trabalhadores têm que ser alimentados, vestidos e abrigados. Logo, a não ser que o crescimento da produção seja proporcional ao da população, o padrão médio de vida cairá. Por exemplo, se a população cresce à taxa de 2%, em média o povo ficará mais pobre, a não ser que a produção no período cresça à taxa mínima de 2%. Se a produção aumenta a menos de 2%, a produtividade média, então, diminui com o número de trabalhadores.

É provável, também, que o aumento demográfico acarrete uma queda da produtividade média, caso o acrêscimo no fator trabalho não seja acompanhado por um acrêscimo no fator capital.

Jã os problemas decorrentes de uma subpopulação são de ordem

diferente. Primeiramente, existiriam coisas indispensáveis , mas que não poderiam ser realizadas dado o número pequeno de trabalhadores. A maior desvantagem, porém, resultaria dos limites impostos à especialização. A alta eficiência da indústria moderna tem como base a especialização: os trabalhadores realizam apenas determinado trabalho, com sua eficiência favorecida pelo emprego de equipamentos especializados.

Esse nível de especialização seria praticamente impossível de ser alcançado numa região de baixa população: seria inútil especializar trabalhadores nos estágios de uma indústria de produção de larga escala, como a de automóveis, pois o limite de vendas no mercado interno seria necessariamente baixo. Mas, pela mesma razão, os métodos de cultivo do solo seriam primitivos: a agricultura moderna, com o emprego de maquinaria e fertilizantes, depende de uma grande indústria; e o pequeno número de unidades procuradas impossibilitaria uma produção em escala econômica.

Essas desvantagens da subpopulação são ainda hoje sentidas por pequenas comunidades em lugares afastados, embora as oportunidades de comércio com o exterior atenuem bem os seus efeitos. O comércio exterior permite que uma comunidade se especialize na produção de determinados artigos, mesmo que o mercado interno não seja capaz de absorvê-la totalmente. Algumas vezes as desvantagens trazidas por uma pequena população podem ser contornadas por esse arranjo, mas o custo de transporte é em certos casos tão alto, que não dá condição de especialização efetiva via comércio externo. Nesse particular, inclusive, a existência de muitos Estados Nacionais aliada a um forte protecionismo desenvolvido por muito deles, prejudica a especialização do trabalho que é uma das condições fundamentais para a maximização da produtividade.

No Brasil, atualmente, duas correntes de pensamento procuram influenciar quanto à solução do problema: uma que insiste na necessidade do planejamento familiar como meio de diminuir a taxa de natalidade e assim possibilitar aumentos mais significativos na renda per capita, indicador mais usado na medida do subdesenvolvimento e outra que defende a necessidade do aumento populacional como medida necessária para a ocupação dos vazios territoriais e para a criação de um grande mercado interno. Antes de verificarmos a validade dessas posições devemos estudar um pouco as características do nosso problema populacional.

Desde o século XVI que a atividade econômica brasileira se relaciona intimamente com as alterações demográficas. Essas alterações populacionais, provocadas por pessoas que se deslocavam buscando atividades lucrativas causavam frequentemente surtos de prosperidade e depressão, originando uma série de ciclos econômicos:

- a) ciclo do pau-brasil;
- b) ciclo da cana-de-açúcar;
- c) ciclo da criação extensiva do gado;
- d) ciclo do ouro e diamantes;
- e) ciclo do café; e o
- f) ciclo da borracha.

Até 1930, o Brasil exportava apenas colheitas básicas e importava artigos manufaturados. Os 20 anos seguintes foram de transição para uma economia mais desenvolvida. A partir de 50, houve um surto de industrialização, com implantação, inclusive, de algumas indústrias básicas e a economia se transformou de semi-colonial em urbanizada. O passo seguinte foi dado no período 56-61, principalmente devido à inflação

ção, resultando uma parada de desenvolvimento em 1962. Agora, a revolução estancou o processo inflacionário e retornou o desenvolvimento que vem sendo realizado a taxas altamente significativas.

O Brasil, no momento, está em transição de uma fase predominante rural para uma urbana, afirmando-se como uma sociedade plural com notável estratificação social temperada por uma intensa mobilidade vertical, o que, felizmente, tem contribuído para a diminuição das tensões sociais. Outro fato, digno de registro, é o do surgimento de uma poderosa elite representativa dos interesses industriais e urbanos, em oposição à tradicional classe dos proprietários de terras e seus dependentes.

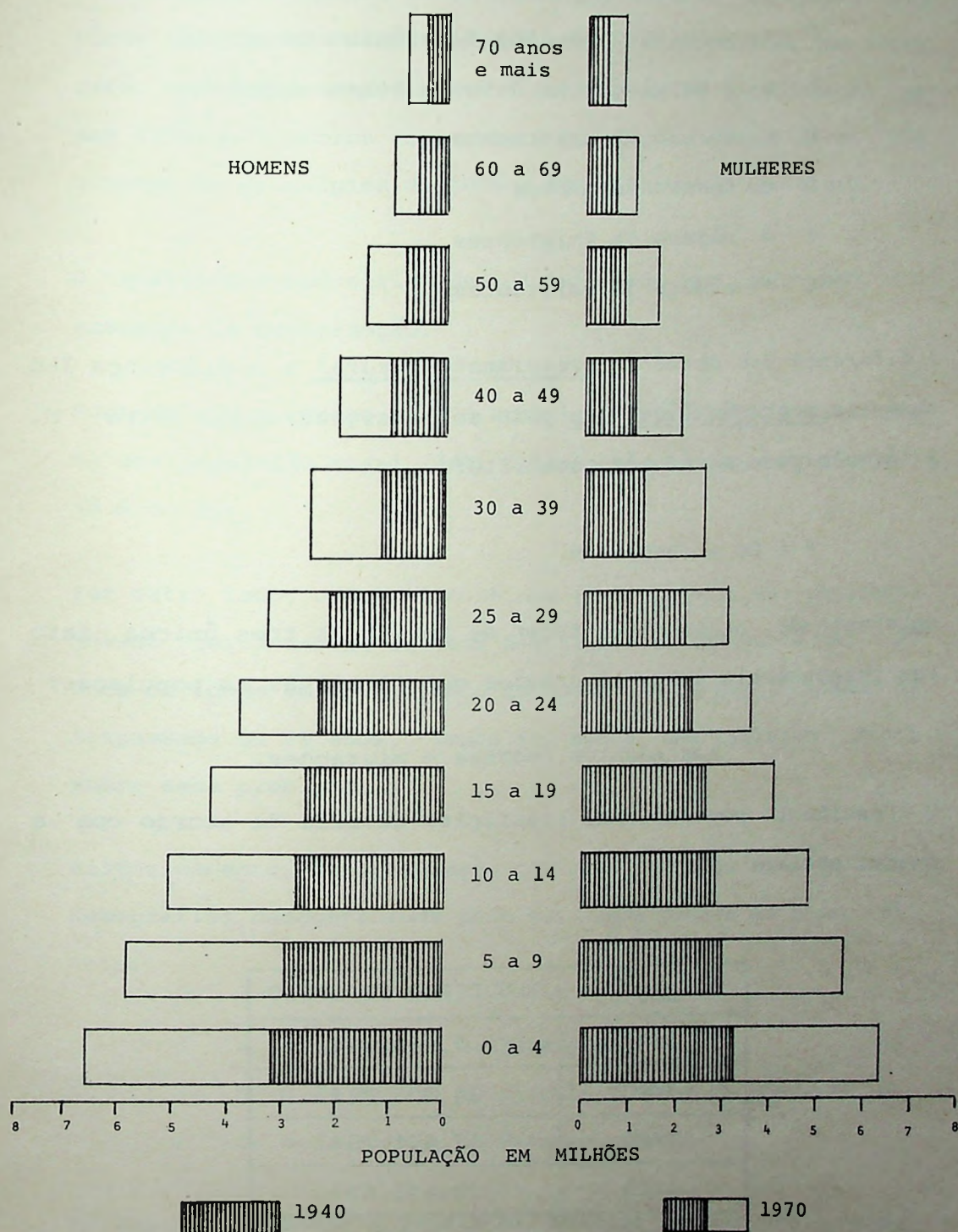
Contudo, a demografia baseia-se no estudo de fatos. E os fatos demográficos são obtidos por meio de censos. Esses dados nos dão uma idéia da composição da população e de fatores tais como sexo, situação familiar, composição étnica, distribuição territorial, etc., ao mesmo tempo que nos possibilitam estudos comparativos ao longo do tempo.

A estrutura básica de uma população pode ser representada por uma pirâmide populacional.

A pirâmide etária brasileira é a seguinte:

POPULAÇÃO

COMPOSIÇÃO POR IDADE 1940-1970



Como a própria vida, a população nunca é estática, suas flutuações podem ser descritas mediante o uso da seguinte fórmula:

$$P = P_o + (B-D) + (I-E)$$

onde:

- P = população na data do próximo censo
- P_o = a população na data do censo anterior
- B = número de nascimentos
- D = número de mortes
- I = número de imigrantes
- E = número de emigrantes

A diferença B-D chama-se crescimento natural e a diferença I-E chama-se migração líquida e pode ser designada pela letra M. A fórmula pode então ser reescrita:

$$P = P_o + (B-D) + M.$$

apresentando, assim, a vantagem de reunir os tres únicos fatores responsáveis pelas alterações quantitativas na população:

nascimentos, mortes e migrações.

O crescimento populacional brasileiro ocorreu de acordo com o quadro abaixo:

ANO	RESULTADO DO CENSO
1872	9.930.478
1890	14.333.915
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.236.315
1950	51.944.397
1960	70.912.343
1970	94.508.554

Atualmente , a população cresce a uma taxa de mais de 3% ao ano. Durante os anos 70, influências contraditórias se farão sentir. Por um lado, a aceleração da urbanização tenderá a reduzir a fertilidade. Por outro, a maior expectativa de vida aumentará o número de mulheres que viverão por todo o período fértil, bem como o número absoluto de pessoas que alcançarão as idades reprodutivas. Levando-se em consideração esses fatores e outros estima-se a população brasileira em 140 milhões em princípios de 1980 e 200 milhões no ano 2.000.

O crescimento industrial dos últimos anos vem acelerando o processo de urbanização.

Note-se que no censo 1970 o Brasil, pela primeira vez, apresenta uma população rural (44%) inferior à população urbana, que já é de 56%.

Por outro lado, o Brasil continua a ser um país de população jovem: cerca de 53% de seus habitantes tinham menos de 20 anos de idade em 1960, sendo de apenas 5% os que já tinham ultrapassado os 60 anos. Impõe-se, agora, uma reflexão final sobre esse problema.

Historicamente, a preocupação com o fenômeno de uma explosão demográfica descontrolada pode ser classificada em tres ní-
veis:

- a) o da teoria malthusiana;
- b) o da teoria do círculo vicioso da pobreza; e
- c) o da teoria do desenvolvimento

Em seu ensaio sobre a população, Malthus admitiu que o crescimento dos povos tendesse a se processar segundo os termos de uma progressão geométrica e o da produção de alimentos segun

do os termos de uma progressão aritmética. O ponto de equilíbrio dum sistema dessa natureza seria o nível de subsistência; porque o excesso de população tenderia a perecer por doença, fome e depravação. O modo de fugir a esse vaticínio seria o do controle rigoroso da natalidade pela abstenção sexual.

A teoria do círculo vicioso da pobreza estabeleceu que nos países subdesenvolvidos a capacidade de poupança é tão pequena que só permite que o produto nacional cresça à mesma taxa do aumento demográfico. Enfim, o país é pobre porque não poupa e quase não poupa porque é pobre. A melhoria da renda per capita se torna virtualmente impossível, pois ela própria gera ria o fator de sua dissolução: a queda das taxas de mortalidade e o conseqüente aumento da explosão demográfica.

Só se poderia fugir a esse círculo vicioso pelo aumento da taxa de poupança, ou com o controle das taxas de natalidade.

Finalmente, a teoria moderna de desenvolvimento admite que um país subdesenvolvido possa desenvolver-se, mas apenas em termos absolutos, porque a explosão demográfica nesses países contribui negativamente para o aumento da renda per capita e por essa razão, tais países só poderão dominar o seu atraso pelo controle das já referidas taxas de natalidade.

Segundo M.H. Simonsen, quatro razões explicam porque o crescimento demográfico acelerado contribui negativamente para o aumento da renda per capita:

- a) o efeito aritmético;
- b) o efeito - infra-estrutura social;
- c) o efeito - pirâmide-etária; e
- d) o efeito - emprego

O efeito aritmético resulta do fato de que sendo a renda per capita, instrumento de medida de desenvolvimento, um quociente entre o valor do produto interno bruto (PIB) e a população, o aumento explosivo desta a taxas muito superiores ao do aumento do PIB fará cair o valor da renda per capita.

O efeito - infra-estrutura social corresponde a uma deterioração da relação produto/capital. Nos países em que ocorre a explosão demográfica, as necessidades de investimento na infra-estrutura social são maiores: habitação, urbanização, abastecimento d'água, etc. Esses investimentos absorvem considerável parcela da poupança, com a agravante de se constituírem num estoque de capital de baixo coeficiente de geração de produto e de empregos. Vejamos um exemplo. Só no ano de 1968 a população brasileira aumentou de 2,7 milhões de habitantes. Considerando a relação de 5 habitantes por residência, o Governo teria que construir 540.000 novas residências, que a um custo de 60 salários-mínimos, propositadamente bem baixo, inferior aos custos de construção do BNH, daria uma despesa de 4,2 bilhões de cruzeiros novos, que representa 40% da capacidade de poupança do país. O Governo, não tem pois, outra alternativa, ou admite o favelamento de grande parte de sua população ou investe maciçamente num setor de baixa relação produto/capital.

Um rápido crescimento demográfico altera a composição etária da população de um modo economicamente desinteressante. O censo de 1960 revelou que 42,7% da população brasileira não chegava aos 15 anos. Ora, isso implica para cada um trabalhador ativo, um alto coeficiente de dependentes inativos, situação pouco alentadora para uma economia subdesenvolvida. Por outro lado, agrava substantivamente o problema educacional. De fato, os países subdesenvolvidos, com explosão demográfica, parecem fadados a investir no setor educacional parcelas substan

ciais do seu esforço de poupança e apesar disso, não obter solução completa para o problema, porque a maior ênfase é dada para o aspecto quantitativo do problema e não para os aspectos qualitativos.

Por fim, a questão do emprego. A absorção de contingentes populacionais que alcançam a época de trabalhar, torna-se acen - tuadamente difícil, devido ao uso das técnicas modernas inovadoras que conduzem tipicamente a uma economia de mão-de-obra . O processo de industrialização tende para o uso de empresas de capital-intensivo, refugiando-se o excesso de mão-de-obra ' no setor terciário, à custa de um certo desemprego estrutural.

É conveniente examinarmos os argumentos dos que são favoráveis a um crescimento descontrolado da população. Basicamente, são os seguintes:

- a) o da importância nacional;
- b) o da segurança nacional;
- c) o da ocupação territorial; e
- d) o da criação de mercados.

Um país não é importante apenas pela grandeza da sua população. Se assim fosse a Índia e a China seriam mais importantes que os Estados Unidos ou a Rússia.

Para o argumento da segurança nacional lembraríamos que segundo a moderna teoria da guerra, o sucesso num conflito, nos dias de hoje, estaria condicionado à deterrência de um ataque nuclear conjugado a uma capacidade de retaliação, e não ao número de combatentes.

Já a questão da ocupação territorial merece os seguintes reparos:

- a) mesmo os países densamente povoados possuem desertos populacionais; e
- b) a ocupação territorial exige considerável investimento de infra-estrutura, com os efeitos já mencionados anteriormente.

Por fim, a questão do aumento dos mercados. Como sempre, tal argumento só é verdadeiro em parte. A única demanda inelástica em relação à renda é a dos alimentos. Quanto a produtos industriais, o consumo dos mesmos não aumenta simplesmente com o aumento da população, já que são de procura usualmente elástica em relação à renda.

Para concluir, diríamos: o importante é acelerar a taxa de crescimento do produto real e desacelerar a taxa de aumento populacional, para deixarmos rapidamente a condição de país subdesenvolvido.

6. O Problema Educacional

Nos últimos anos, os economistas foram mais eficientes do que os educadores na exposição dos seus pontos de vista sobre planejamento educacional e qualquer educador, um pouco familiarizado com a análise de "insumo-produto", pode ter acesso à extensa literatura existente sobre problemas relacionados com os gastos educacionais nos países emergentes e a necessidade de melhoramentos na produtividade das escolas.

A crítica mais comum feita pelos economistas é a de que o puro conservantismo dos educadores e dos sistemas educacionais é um dos mais sérios obstáculos ao progresso educacional e econômico em muitos dos países subdesenvolvidos. Vejam bem, a questão não é se os sistemas educacionais são conservadores, e sobre isto ninguém tem dúvidas, mas se são desnecessariamente conservadores. Até que ponto a resistência à mudança resulta do conservantismo em si e até que ponto o mesmo é inerente à própria natureza do ensino e do aprendizado num sistema escolar.

Uma das principais conclusões enganosas de muitos estudos realizados por educadores é de que a educação é o que sempre foi e o que sempre será porque, acredita-se, uma das suas principais finalidades, de qualquer modo, é a transmissão da tradição.

Por esta razão, uma das principais tarefas do economista, ao dar atenção à educação é o de salientar a importância do desenvolvimento de novas técnicas educacionais.

Por aí se vê que existe um campo de ampla cooperação técnica entre os economistas e os educadores.

Foi a necessidade de aconselhamento aos países em desenvolvi

mento sobre o planejamento dos seus sistemas educacionais o que aproximou essas duas profissões.

Até agora a parceria tem funcionado desembaraçadamente devido, em parte, ao requinte econômico do pequeno grupo de educadores profissionais diretamente envolvidos na questão e, em parte, devido ao fato de que a grande maioria de administradores educacionais têm sido postos à margem desse movimento de planejamento.

Convém lembrar que foi o economista que acabou por descobrir a educação, e não o educador que descobriu a economia.

O economista passou a interessar-se pelo problema educacional a partir do momento que os problemas educacionais do mundo passaram a ser predominantemente numéricos e, como os seus instrumentos profissionais foram criados para atacar esse tipo de situação, ele imediatamente sentiu-se à vontade.

Mas, o problema não se define apenas por esse aspecto, há a questão da qualidade do ensino. É natural que o economista no trato dessa questão formule apenas as perguntas que um economista pode responder. Mas, acreditamos que devido à obsedante irreabilidade em que muitos educadores vivem, as perguntas sobre a melhoria da qualidade do ensino custaram a ser formuladas e, ainda estão parcialmente respondidas.

A experiência, contudo, nos ensina que a própria essência de um sistema educacional repousa na sua qualidade.

Felizmente, ambos os lados estão convencidos que não é teórica ou praticamente possível separar qualidade e quantidade no trato dos problemas educacionais dos países em desenvolvimento -

to.

Isso se evidencia claramente quando eles se vêem a braços com o problema obstinado de um país como o nosso em que é necessário mais e melhores escolas para o soergimento da economia e de uma economia melhor para custear um grande sistema educacional.

Ao economista interessa basicamente não a redução dos gastos com a educação mas uma crescente produtividade na aplicação desse investimento o que poderia ser conseguido com o uso de novas tecnologias educacionais. O uso dessas tecnologias será incrementado, todavia, na proporção em que os educadores abandonarem seu conservantismo inato e adotarem processos que elevem a produtividade nas escolas com pouca ou nenhuma elevação de custos por unidade.

No momento, a situação brasileira no setor de educação pode ser analisada, embora de modo sumário, pelo comportamento das seguintes variáveis:

- a) índice de analfabetismo;
- b) grandeza do sistema educacional existente;
- c) produtividade do sistema.

Como país subdesenvolvido, o Brasil, em que pese a atuação do MOBRAL, ainda apresenta índices elevados de analfabetismo.

Embora os últimos governos da revolução tenham ampliado consideravelmente o sistema educacional, o mesmo ainda não possui os contornos e a grandeza necessários para o atendimento das necessidades nacionais no setor.

Por fim, a questão da produtividade. Segundo Roberto Campos, o Brasil não gasta absurdamente pouco em educação; gas

ta absurdamente mal.

Na realidade, o país tem desenvolvido consideráveis esforços na ampliação do seu sistema de ensino. Como diz M.H. Simonsen é desejável que esses esforços prossigam, e que se eleve a percentagem dos dispêndios em educação no PIB, por quatro razões:

- a) porque os gastos em ensino representam uma das formas de investimento mais produtivas para a aceleração do desenvolvimento;
- b) porque os 3,5% ao ano sobre o PIB que dispende mos em educação, ainda constituem uma soma peque na, dada à nossa baixa renda per capita;
- c) porque os nossos índices de analfabetismo e de deficiência de escolarização ainda assumem pro porções alarmantes; e
- d) porque a nossa pirâmide etária, deformada pela explosão demográfica, situa enorme percentagem da população na idade de ir à escola.

O 1º PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) aprovado pela lei 5.727, de 4/11/1971, dando continuidade à política do governo no setor, fixou as seguintes metas principais a

serem alcançadas até o ano de 1974:

	1970	1974	AUMENTO %
. Ensino de 1º grau - nº de matrículas (milhares)	16.300	22.000	35
. Ensino de 2º grau - nº de matrículas (milhares)	1.100	2.200	100
. Ensino Superior - nº de matrículas (milhares)	430	820	90
. Alfabetização - nº de analfabetos entre 15 e 35 anos (milhares)	8.000	2.000	-- 75
. Preparação de mão-de-obra - nº de trabalhadores treina <u>dos</u> nados por ano	100.000	217.000	117

Tais metas bem demonstram o interesse do Governo no atendimento de um setor que, além de prioritário para o desenvolvimento nacional, é um dos que vem desenvolvendo um trabalho revolucionário e inovador.

7. A distribuição da renda

O problema da distribuição da renda entre os indivíduos e também as questões decorrentes dos desníveis econômicos regionais e internacionais constituem um dos mais apaixonantes temas da moderna Análise Econômica, pois em todos os países a renda social não é distribuída igualmente entre os indivíduos, famílias e regiões.

No campo institucional são tão acentuadas as diferenças de níveis de renda que elas servem como elementos caracterizadores da existência de dois mundos: o dos povos desenvolvidos e o dos povos subdesenvolvidos.

Apesar dos estudos realizados por economistas e cientistas sociais, em todas as partes do mundo, tal problema está longe de ser resolvido e constitui-se hoje num dos pontos nevrálgicos da Economia.

No século XIV, a análise da distribuição foi dos temas mais discutidos. Ricardo e Stuart Mill consideravam que o principal objeto de estudo da Economia seria o estudo das leis que regulam a distribuição da renda. Na mesma época, os socialistas discutiam acaloradamente o problema das desigualdades econômicas individuais, procurando provar que as classes assalariadas eram submetidas a um progressivo processo de pauperização: os salários reais caíam sempre e o poder econômico das empresas cresceria em progressiva expansão.

Mais recentemente, Lord Keynes em sua "Teoria Geral" dizia "os dois principais defeitos do mundo econômico em que vivemos são a sua incapacidade para garantir o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição das riquezas e dos rendimentos".

Muitos esforços têm sido realizados para a atenuação das desi

gualdades: tanto no campo internacional, quanto no campo da repartição pessoal. O ponto de partida para a universalização das condições de bem-estar foi dado, provavelmente, quando da fundação do "International Bank for Reconstruction and Development" e do "International Monetary Fund", ambos criados por ocasião da conferência de Bretton Woods, em 1944. O primeiro, também denominado Banco Mundial destinou seus primeiros financiamentos, em 1947, aos programas de reconstrução das economias destruídas pela segunda guerra mundial. Atualmente, seus auxílios são no sentido de promover um maior nivelamento das condições internacionais de progresso e bem-estar, facilitando às economias subdesenvolvidas o levantamento de recursos para formação de seu capital social básico. Já o Fundo Monetário Internacional realiza essa ajuda sob forma de assessoramento técnico para assuntos fiscais e monetários. Em 1945, esse organismo contava com trinta países, possuindo, hoje, mais de 100 Membros.

No terreno da distribuição pessoal, o Estado tem procurado realizar uma repartição equitativa da renda interna usando diversos instrumentos tais como: dispêndios de natureza social; intensificação do nível das transferências de cunho previdenciário; aplicação de impostos diretos progressivos; controle da política salarial com o propósito de aumentar a participação das classes de rendas mais baixas no quadro geral da Renda Interna da Nação.

Entre os povos subdesenvolvidos, além do uso crescente desses instrumentos de redistribuição vem se formando uma nova mentalidade responsável pelo surgimento de movimentos reformistas, destinados a mudar as próprias estruturas sócio-econômico vigentes.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento do Governo Costa e Silva estabelecia: "O progresso social, inseparável do desenvolvimento econômico deve entender-se essencialmente como a participação de

todos os brasileiros nos resultados do desenvolvimento. Participação no sentido de justa distribuição da renda, ausência de privilégios e igualdade de oportunidades".

A curva de Lorenz

Um importante instrumento para avaliação das desigualdades é a curva de Lorenz. Este instrumento se desenvolve a partir de tabelas que cotejam os percentuais da população aos da renda percebida nos diversos escalões da repartição.

Embora de concepção bastante simples, o diagrama permite a comparação direta da curva de desigualdade com uma reta referencial que sempre representa uma perfeita distribuição da renda interna. Permite ainda o diagrama que se calcule o índice de concentração da repartição da renda, cuja expressão varia, em função da reta de eqüidistribuição e a curva de desigualdade.

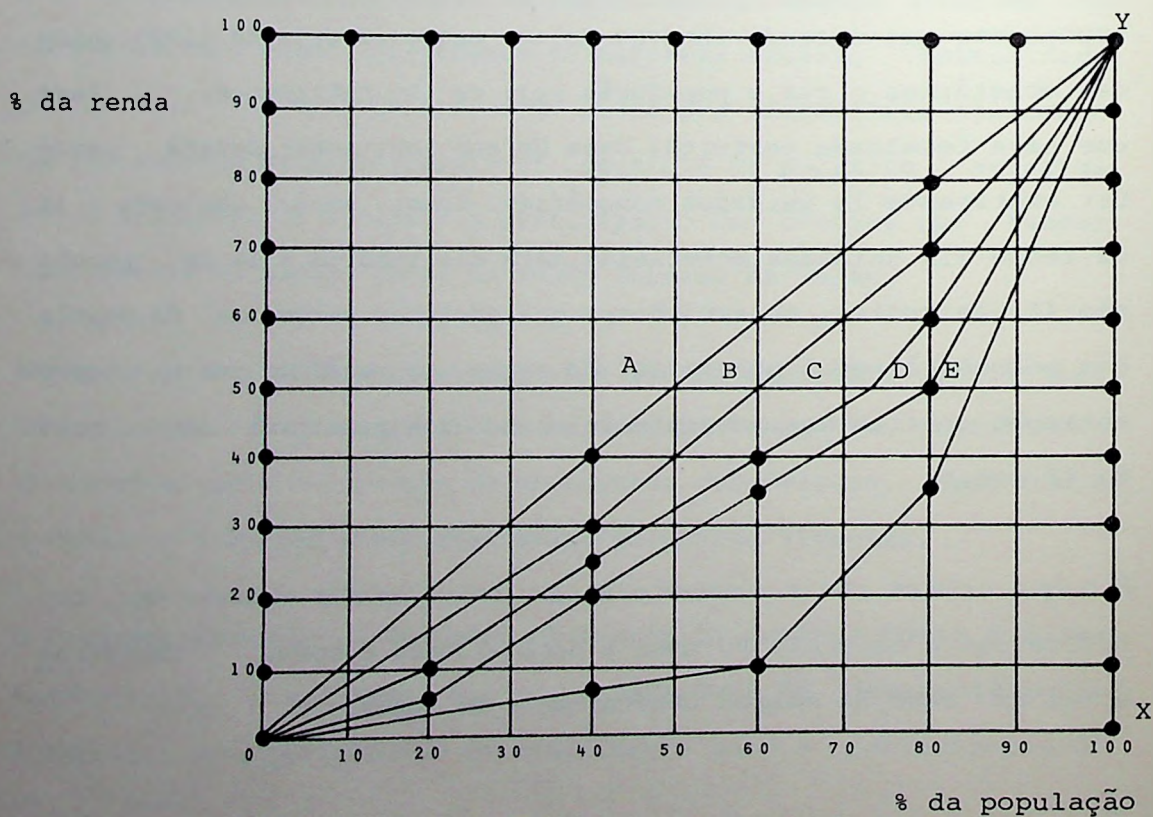
Para perfeita compreensão do que seja a reta de eqüidistribuição, suponhamos que a renda interna de uma economia seja de 1.000 unidades monetárias e que a população seja de 100 habitantes. Para que haja igualdade perfeita, cada um dos habitantes deverá perceber exatamente 10 unidades monetárias. Temos, então, que cada 1% da renda (10 unidades monetárias) será distribuído a 1% da população (1 habitante), observando-se que qualquer percentual da população perceberá igual percentual da renda, em razão do que a representação gráfica dos percentuais acumulados resultará uma reta de 45 graus.

É o que ocorre com a economia A, de nossa tabela abaixo, em contraste com a economia F, onde a desigualdade é total, registrando-se um caso de máxima concentração da renda.

HIPÓTESES DE DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

(Valores acumulados) % da população.	% da renda (valores acumulados)					
	A	B	C	D	E	F
20	20	15	10	6	2	0
40	40	30	25	20	4	0
60	60	50	40	35	10	0
80	80	70	60	50	35	0
100	100	100	100	100	100	100

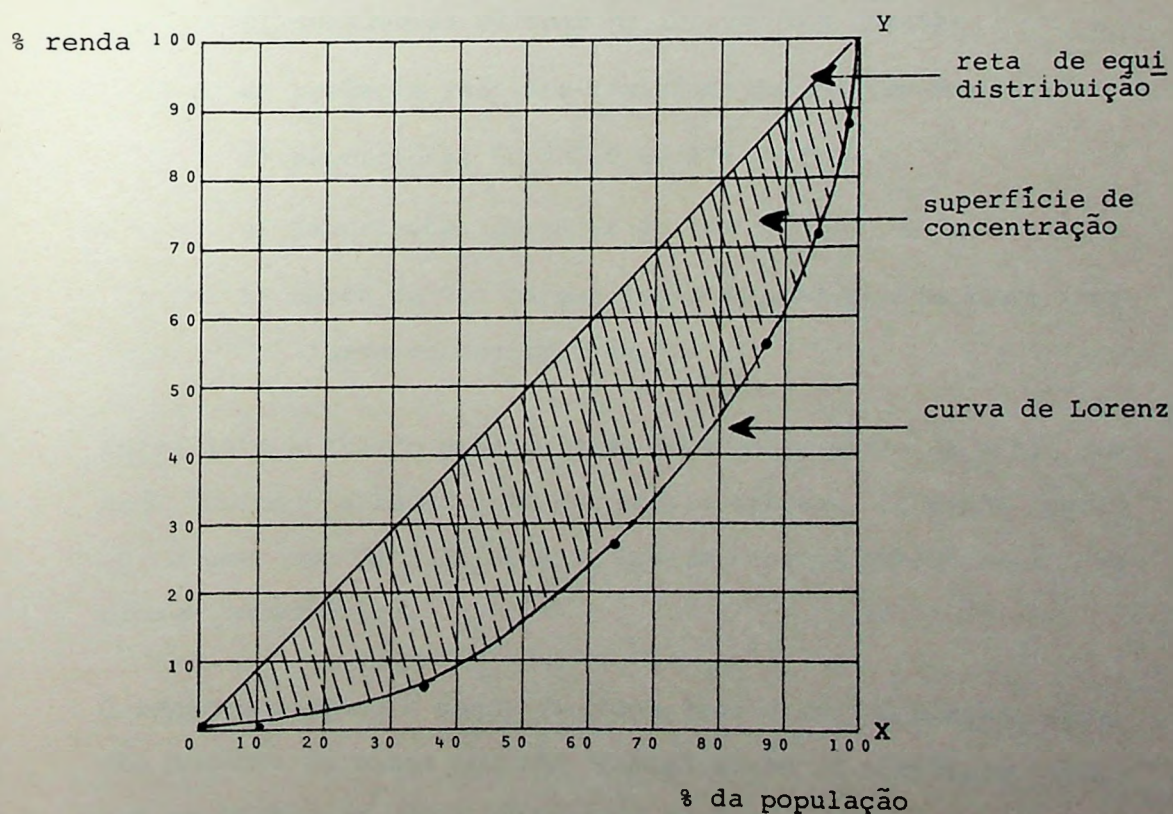
Se transportamos as percentagens acima para um diagrama cartesiano, colocando nas abscissas a população e nas ordenadas a renda, obtemos uma reta de 45° para A, o país B está próximo da reta OY, enquanto C, D e E representam posições cada vez mais afastadas dessa reta referencial. A representação gráfica da máxima concentração é dada pelo triângulo OXY.



A situação brasileira em 1970 era a seguinte:

VALORES ACUMULADOS	
% da população	% da renda
36,0	4,0
68,1	23,0
89,7	52,9
96,4	72,3
98,9	86,0
100,0	100,0

De acordo com o quadro acima, podemos então traçar a curva de Lorenz para o Brasil, conforme a figura abaixo:



A avaliação matemática do grau de concentração é expressa pelo quociente seguinte:

$$C = \frac{\text{superfície de concentração}}{O \times Y}$$

O campo de variação de C está, por conseguinte, entre 0 e 1, isto é: $0 < C < 1$

Quanto mais o índice se aproximar de zero melhor será a distribuição da renda. Quanto mais se aproximar da unidade, maior será o grau de concentração e, portanto, de desigualdade.

A concentração da renda medida por este processo dá como resultado o coeficiente de GINI, nome pelo qual é o conhecido o índice de concentração.

8. A estratégia do desenvolvimento brasileiro

Não podemos retroceder demasiado no passado econômico brasileiro, por não ser este um trabalho de história econômica.

Contudo, para um entendimento do atual processo de desenvolvimento torna-se necessário que voltemos até o ano de 1920, para buscarmos o fio dos atuais acontecimentos.

Em 1920, a nossa situação era a seguinte:

- a) população pouco superior a 27 milhões;
- b) renda per capita da ordem de 100 dólares, em moeda de poder aquisitivo de 1965;
- c) indústria incipiente, limitando-se à produção de têxteis e produtos alimentares;
- d) consumo de cimento de 173.000 TON anuais;
- e) potência elétrica instalada de 367.000 KW;
- f) exportações no valor de 17% do PIB;
- g) importações no valor de 20% do PIB; e
- h) cerca de 70% da população economicamente ativa localizada na agricultura.

Entre 1920 e 1967 o produto real cresceu em média de 4,8% ao ano. Contudo a renda real per capita cresceu, no mesmo período, a uma taxa de 2,3% ao ano, devido à nossa tradicional explosão demográfica.

O impacto causado à nossa economia pela Grande Depressão provocou a queda da nossa receita cambial de 445,9 milhões de dólares em 1929 para 180,6 milhões em 1932.

Numa economia reflexa, liderada pela exportação de produtos primários, esta poderia ser a causa de um rude golpe no produto real, no emprego e no balanço de pagamentos. Contudo, as medidas tomadas pelo Governo neutralizaram os efeitos da crise mundial abrindo, inclusive, o caminho para a recuperação, a partir de 1932. Essas medidas impediram o desastre maior. Assim, entre 1929 e 1931 a queda do produto real foi de 9,7%, percentagem relativamente suave para as proporções da crise.

As dificuldades de importação, levaram o país, numa primeira etapa, a utilizar a capacidade ociosa do seu parque manufatureiro e numa segunda etapa, à efetiva ampliação desse parque. Em resumo, o Brasil encontrou na Grande Depressão a ocasião, o motivo, a razão para desencadear o primeiro surto de sua industrialização.

Novo impulso seria dado por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Com a escassez internacional de vários produtos o volume de importações caiu de 41% entre 1939 e 1942. Por outro lado, as exportações se diversificaram e se beneficiaram com a melhoria da relação de trocas. Essa conjuntura do comércio exterior gerou, todavia, uma forte pressão inflacionária interna levando , inclusive, ao racionamento de diversos produtos.

Afastada a concorrência externa, a indústria nacional pôde deseenvolver-se aceleradamente, segundo o esquema de substituição das importações já mencionado.

Após a Guerra, numa 1a. fase, esgotamos rapidamente as nossas reservas cambiais devido à intensidade da procura reprimida e à alta internacional de preços. Em 1948, já numa 2a. fase, foram estabelecidos controles sobre a importação. Face à crescente escassez de dólares, o Governo incentivou o processo de industrialização, protegendo-o da concorrência externa pelo uso

gradual dos seguintes mecanismos:

- 1º - regime de licenças de importação, que eram negadas pa
ra produtos com similar nacional;
- 2º - taxas múltiplas de câmbio; e
- 3º - pesadas tarefas aduaneiras.

Entre 1956 e 1961, época do Governo Kubitschek, o produto real expandiu-se a taxas bem maiores que as de períodos anteriores, tendo sido realizadas grandes obras públicas federais, de acordo com o Programa de Metas do Governo. É verdade que todo esse crescimento repousava numa política fácil de substituição de importações, aliada a uma exploração de vantagens a curto prazo, que iria transferir sérios problemas para o decênio de 1960. Em todo caso, no período em questão, houve uma profunda modificação na estrutura econômica do país e se implantou uma fórmula de desenvolvimento de inegáveis efeitos a curto prazo, embora pouco profícua a longo prazo.

Em 1962 e 1963 as taxas de crescimento começaram a cair abruptamente (5,4% e 1,6%, respectivamente), em virtude de uma série de anomalias, em parte pelas distorções herdadas do período anterior, em parte devido à agitação política e instabilidade institucional do período Goulart.

Com a queda de Goulart, o Governo procurou implantar uma política econômica visando simultaneamente o combate à inflação e a retomada do desenvolvimento. Como os dois objetivos são conflitantes à curto prazo, e como o combate à inflação era prioritário, não é surpreendente que tivéssemos até 1967 taxas bem modestas de crescimento do produto real: 3,1% em 1964, 3,9% em 1965, 3,4% em 1966 e 4,9% em 1967. Após 1968 tivemos sempre taxas superiores a 8% até a espetacular marca do ano de 1971 próximo passado: 11,3%.

Podemos, pois, separar duas fases no período da revolução: a primeira, preocupada com a reconstrução econômica, atacando a inflação, corrigindo distorções no funcionamento da economia e recuperando-lhe a infra-estrutura. Na segunda, a revolução objetivou, principalmente, a expansão econômica acelerada.

Até 1974, os objetivos do Governo são:

- a) além de manter o Brasil na lista dos 10 países de maior nível global de PIB do mundo ocidental, fazê-lo passar da posição de nono à de oitavo colocado nessa categoria; e
- b) ultrapassar a barreira dos 500 dólares per capita em 1974.

É evidente, que tais objetivos para serem alcançados, diversas ações terão que ser desencadeadas nos diferentes setores que compõem a nossa economia.

Tais realizações compreendem:

- I - desenvolvimento de um processo de competição capaz de assegurar eficiência aos setores públicos e privados; e de um processo de integração, com articulação harmônica entre o Governo e o setor privado, União e Estados, empresa e trabalhadores e regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas;
- II - modernização da empresa nacional;
- III - atuação eficiente do Governo;
- IV - mobilização intensa do sistema financeiro nacional e do mercado de capitais;

- V - implementação de uma política tecnológica nacional;
- VI - implementação de uma política de aproveitamento dos recursos humanos do País;
- VII - efetivação de grandes programas de investimento;
- VIII - efetivação da integração nacional;
- IX - efetivação de uma abertura social; e
- X - realização de uma ação estratégica de natureza econômica externa para expansão das nossas exportações.

A forma como tais realizações serão atacadas constitui uma estratégia de desenvolvimento.

Essa estratégia mobiliza o País para fortalecer a competição nacional, dotando os principais setores de estruturas novas e mais eficientes, compatíveis com a moderna tecnologia industrial e o instrumento utilizado para o alcance desse objetivo é o planejamento que, basicamente, evitará redução de eficiência nos setores produtivos e capacidade ociosa nos setores de infra-estrutura.

Ao considerar o desenvolvimento integrado, cumpre ainda atentar para a criação de amplo mercado interno, com maior contingente de população em níveis satisfatórios de produtividade e renda. Expandir o mercado interno depende da dimensão do PIB e do número de pessoas em nível de renda superior ao da economia de subsistência.

A ampliação desse mercado, basicamente, se efetivará:

- a) na produção, pela eliminação gradativa da agricultura de subsistência; e

- b) na demanda, mediante uma adequada política de distribuição de renda.

Através dessa estratégia, o Governo procurará consolidar o poder de competição do empresariado nacional. Para isso atuará sobre os fatores básicos que condicionam os níveis de eficiência da em presa. Tais fatores dizem respeito, primeiramente, à garantia de suprimento e ao custo dos insumos básicos e em seguida aos proble mas do próprio empresário que, resumidamente, consistem em:

- a) insuficiência de capital fixo ou de giro, que o leva ao endividamento;
- b) inadequada escala de operação, associada, freqüentemen-
te a uma tecnologia desatualizada; e
- c) baixo nível de "management".

Na indústria, o fortalecimento do poder de competição implicará em:

- a) seleção criteriosa das áreas a desenvolver;
- b) política de insumos básicos;
- c) tratamento fiscal e de financiamentos especiais para o
setor de bens de capital, particularmente como instru
mento de difusão de novas tecnologias; e
- d) política de tecnologia industrial, com a construção de
centros de tecnologia industrial, entre outras providên-
cias.

Na área da agricultura, a estratégia está orientada para a con-
quista da capacidade competitiva, de modo a obtermos crescimento
anual acima de 7% no setor.

A orientação para o setor prevê:

- a) o desenvolvimento de uma agricultura moderna, de base empresarial; e
- b) a modernização da estrutura de comercialização e distribuição de produtos agrícolas, mediante a criação de estruturas especializadas de transportes ("Corredores de Transportes"), associados à modernização dos principais portos e instalação das Centrais de abastecimento.

Já a estratégia do desenvolvimento regional consistirá, especialmente, na política de integração nacional, em sentido amplo.

Essa integração nacional destina-se, do ponto de vista da demanda a criar mercado interno, capaz de manter um crescimento acelerado e auto-sustentável e, do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica.

Essa estratégia de desenvolvimento regional repousa nos seguintes pontos:

- a) fortalecimento do processo de industrialização do Nordeste, com base no mecanismo dos incentivos fiscais;
- b) transformação da economia rural, pelo aceleramento da produção agrícola, para sustentar o processo industrial, mediante a transformação da economia de subsistência existente na região em economia de mercado; e
- c) integração do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central, estabelecendo o sistema de vasos comunicantes que permitirá a reorientação dos fluxos de excedentes de mão-de-obra do Nordeste, com seu encaminhamento

mento para aquelas regiões.

Especificamente, para a Amazônia, a estratégia prevê:

- a) integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira; e
- b) ocupação econômica e desenvolvimento.

Integrando-se na economia mundial, o Brasil objetiva crescer mais rapidamente. A par do esforço que será desenvolvido na área interna, cumpre à sociedade brasileira, para melhorar o seu desenvolvimento, aproveitar-se das oportunidades oferecidas pelo intercâmbio internacional, assim como pela oferta de poupança externa, com o fim de suplementar, por certo período, a sua poupança interna.

A manutenção do crescimento às taxas que vêm sendo conseguidas, exigirá na área externa a tomada das seguintes linhas de ação:

- a) ampliação das importações acima da taxa de 8% ao ano para atender às necessidades de bens de capital e matérias primas industriais;
- b) expansão da receita de exportações a taxas superiores a 10%, com aumento das de manufaturas a taxas anuais acima de 20%, para o financiamento das importações necessárias e aumento de eficiência do setor produtivo nacional; e
- c) manutenção de nível adequado de reservas externas.

Tais objetivos só poderão ser atingidos se for:

- a) diversificada a nossa pauta de exportações;
- b) aumentada a participação da empresa estrangeira no

esforço nacional de conquista de mercados externos;

- c) intensificada a nossa diplomacia contra as atitudes protecionistas das nações desenvolvidas;
- d) conduzida com habilidade e inteligência a nossa política de dívida externa, evitando que a nossa economia possa em algum momento tornar-se vulnerável pelo excesso de endividamento; e
- e) realizada uma política de absorção de tecnologia compatível com a aceleração da sua transferência para o País, permitindo a sua adaptação às necessidades nacionais e, também, uma futura elaboração tecnológica autônoma.

Por fim, a atual estratégia de desenvolvimento nacional visa a uma eficiente integração social no sentido de:

- a) assegurar a participação do trabalhador na expansão da renda nacional, mediante o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP);
- b) democratizar o capital das empresas;
- c) impedir os abusos do poder econômico; e
- d) expandir os programas de desenvolvimento social, notadamente da Educação e Habitação, sendo que no tocante à Educação, cabe destacar, principalmente o MOBREAL, que realiza um trabalho de alfabetização em massa;
- e) valorizar as categorias vitais para o desenvolvimento, mediante apoio a mocidade universitária, ao magistério e ao servidor público;

- f) apoiar as categorias de renda mínima, mediante a criação da Central de Medicamentos e do Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural; e
- g) recuperar as populações marginalizadas, assim entendidas as de nível de produtividade muito baixo.

Quer assim o Governo harmonizar o atual surto de crescimento com uma política de integração social que possibilite o aumento simultâneo do consumo e do investimento, mediante a efetivação de medidas de caráter redistributivo, sem que as mesmas importem em desestímulo à expansão e modernização das empresas públicas e privadas.